

ATA N.º 3/2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 29 DE ABRIL DE 2025

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no teatro Miguel Franco reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram presentes os seguintes deputados:

1. Abel de Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barbeiro Neto;
4. António Ferreira Pereira de Melo;
5. António Lacerda Sales;
6. Artur Rogério de Jesus Santos;
7. Carlos Alberto Garcia Poço;
8. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
9. Céline Moreira Gaspar;
10. Eugénia Maria de Jesus Costa;
11. Fábio Micael Costa Bernardino;
12. Fernando Paulo Mateus Elias;
13. Hilário Pereira Estrada;
14. Hugo Miguel Heleno Morgado;
15. Jorge Alberto Moreira dos Santos Bernardino;
16. José Artur das Neves Ferreira;
17. José Carlos Matias Filipe;
18. José da Silva Alves;
19. José Manuel da Cunha;
20. Luís Manuel Coelho Prata;
21. Luís Paulo Pereira Fernandes;
22. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
23. Manuel Oliveira Carreira;
24. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Seródio;
25. Mário de Sousa Gomes;

26. Mário João Ley Garcia;
27. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
28. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
29. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
30. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
31. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
32. Paulo Pedrosa Pedro;
33. Pedro António Amado da Assunção;
34. Raul Testa Fortunato Faustino;
35. Renato José dos Santos Cruz;
36. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
37. Sofia da Silva Francisco;
38. Telma Carreira Curado;
39. Telmo Filipe Moreira Marques;
40. Tiago António Leal Duarte;
41. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
42. Tiago Miguel Gago dos Santos;
43. Vitor Manuel Casimiro de Matos.

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;

Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

- Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho (PSD), substituída por Cristina Pinheiro Marques Lopes;
- Cristiana Duarte Pinto (PS);
- Joana Maria de Brito Cartaxo (PCP), substituída por Nuno Violante;
- Júlio Paulo Videira de Jesus (PS), substituído por Ana Carla Marques Pereira Gomes;
- Maria Margarida Guarda Verdades de Sá (PSD).

Faltaram os senhores deputados Claudia Alexandra Machado Santos da Silva (PS) e Manuel António Azenha dos Santos Pereira (BE), que justificaram a sua ausência.

Faltaram os senhores deputados Camilo Aníbal Coelho do Espírito Santo (PSD), convocado em substituição da senhora deputada Maria Margarida Guarda Verdades de Sá; Tânia Andreia Cardoso Rodrigues (PS), convocada em substituição da senhora deputada Susana Margarida Martins Sequeira Bertão; e Vítor Manuel Casimiro de Matos (Freguesia Regueira de Pontes).

Faltou a senhora Vereadora Ana Catarina de Moura Louro.

A sessão foi presidida por **António Lacerda Sales, Presidente da Assembleia Municipal**, e secretariada por **José da Silva Alves, 1.º Secretário da Mesa**, e **Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª Secretária da Mesa**.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal declarada aberta a sessão, eram **21h06** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**
- 2. Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos – Para conhecimento;**
- 3. Relatório e Contas do Município de Leiria referente ao ano de 2024 - Apreciação, discussão e votação;**
- 4. Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2024 - Interno 891/25 - Apreciação, discussão e votação;**
- 5. Relatório e Contas de 2024 e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre do Teatro José Lúcio da Silva de 2024 - Apreciação, discussão e votação;**
- 6. Relatório e Contas de 2024 da entidade Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A., com o número de contribuinte 518262804 – Para conhecimento;**
- 7. VI Modificação ao Orçamento Municipal para o ano de 2025 - Apreciação, discussão e votação;**
- 8. Reescalamento de Compromissos Contratuais com Diferimento de Encargos para Anos Futuros, Relativos a Empreitadas do DEOM - Apreciação, discussão e votação;**
- 9. Orçamento Participativo – Relatório 2014-2024 – Para conhecimento;**
- 10. Isenção de taxas do terrado Feira Levante Leiria – maio 2025 - Apreciação, discussão e votação;**
- 11. Juntas de Freguesia:**

- 11.1. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Financeiro Pontual para Obras - Freguesia de Milagres -** Apreciação, discussão e votação;
- 11.2. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura de apoio das despesas de capital – União das Freguesias de Parceiros e Azoia -** Apreciação, discussão e votação;
- 11.3. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a Junta de Freguesia da Caranguejeira no âmbito do Programa “Viver Freguesias” – Adenda 2 -** Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à sessão.

De seguida, referiu os senhores deputados que solicitaram a sua substituição na sessão e enumerou os seus substitutos.

No âmbito do pedido de renúncia da senhora deputada Olga Sofia Gomes Marques e de acordo com a lista de eleição foi convocado o deputado Hilário Pereira Estrada para tomar posse tendo o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** empossado o mesmo.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** fez saber que existiam cinco atas referentes a sessões anteriores (que foram disponibilizadas a todos para leitura) para aprovação, submetendo à apreciação a **ata n.º 5.2024**, referente à sessão extraordinária 22 novembro 2024; a **ata n.º 6.2024**, referente à sessão ordinária 13 dezembro 2024; a **ata n.º 7.2024**, referente à sessão extraordinária 17 dezembro 2024; a **ata n.º 1.2025**, referente à sessão ordinária 13 fevereiro 2025 e a **ata n.º 2.2025**, referente à sessão extraordinária 24 março 2025.

A ata n.º 5.2024 foi aprovada **por unanimidade.**

A ata n.º 6.2024 foi aprovada **por unanimidade.**

A ata n.º 7.2024 foi aprovada **por unanimidade.**

A ata n.º 1.2025 foi aprovada **por unanimidade.**

A ata n.º 2.2025 foi aprovada **por maioria, com 1 abstenção (Deputado independente Hugo Morgado).**

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:



"Vou também a pedido de uma associação nacional ambiental, a IRIS, ler um pedido de um conjunto de recomendações que me foi pedido por apresentarem uma preocupação ambiental com algumas premissas que os senhores deputados também já tiveram oportunidade de ler naquilo que vos foi enviado, no email que vos foi enviado, nomeadamente uma preocupação com o corte total de sobreiros com práticas lesivas de gestão de manutenção dos espaços verdes e arruamentos com a recorrência e poda de árvores completamente atentatória da saúde, da estética e da função, estou a citar, o uso recorrente de herbicidas nefastos para a biodiversidade local e saúde pública, bem como o corte de vegetação rasteira das bermas da estrada e caminhos antes de completarem o seu ciclo vegetativo e o corte de carvalhos centenários ou mobilizações totais em solo ou em espaço onde se encontram espécies ameaçadas. Fazem um conjunto de recomendações, como a criação de um regulamento municipal para salvaguardar estes tesouros locais, recomendam igualmente para sensibilizar e para acompanhar os operadores e as empresas locais para que melhorem substancialmente as suas práticas bem como recomendam que nos devemos focar na eliminação de exemplares jovens e de pequenos núcleos isolados, recomendam também a questão dos plásticos ao longo das beiras das estradas, recomendam que previamente se recolham esses plásticos, vidros e demais lixo sempre que se utilizem equipamentos mecânicos e, por último, que se eliminem alguns focos de lixo antigos, alguns deles em locais dos mais emblemáticos de alguns, de alguns concelhos.

Passamos agora à inscrição de munícipes, temos uma inscrição do senhor Christophe Santos Inácio, que pode vir tomar a palavra, sobre a exposição de problema de segurança viária, poluição sonora na rua das Figueiras, Loureira, pedido de atribuição do número do processo. Muito obrigado."

Intervenção do munícipe Christophe Santos Inácio

Transcrição:

"Portanto, boa noite exmo. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Lacerda Sales e demais presentes, agradeço a oportunidade de falar e prometo ser breve.

Portanto, eu vou falar-vos de um problema que nós, eu e os meus vizinhos, estamos na rua das Figueiras e os meus objetivos para hoje são claros. Primeiro, garantir um passeio seguro para os peões na Rua das Figueiras, segundo, reduzir a velocidade dos veículos que circulam nesta via e terceiro, encontrar soluções para o tráfego excessivo que coloca em risco os moradores e os peões, portanto, a situação atual é um bocadinho alarmante, em 1º lugar a via é muito estreita, tem uma curva perigosa, e a visibilidade é quase nula. Em 2º lugar, os carros circulam a maior parte das vezes acima de 60 Km/hora que pode parecer pouco, mas quem conhece a rua é uma velocidade excessiva para a rua que é e já presenciei várias vezes quase acidentes ao sair de casa porque em cima desta curva está logo a



entrada da minha moradia. Em 3º lugar, há crianças pequenas nesta rua, incluindo recém-nascidos, e as mães fazem vários passeios diários por este, portanto, por esta curva com baixa visibilidade e é uma situação de muito perigo porque o passeio está com 30 cm de largura e não é suficiente para passar com o carrinho. Dado isto, em conjunto com a velocidade excessiva dos carros, portanto, é uma questão de tempo até acontecer alguma coisa grave e por último, vários condutores utilizam o sinal sonoro quando estão a passar neste, nesta estrada, incluindo em horários de descanso, porque sentem receio que venha algum carro de frente. Para concluir, em março de 2024 eu já, já tinha enviado um e-mail para a Câmara de Leiria porque um camião danificou o poste elétrico que fornece energia a minha habitação, portanto, comprovando a incompatibilidade da via com veículos pesados. Na altura o que me foi respondido foi que, portanto, o alargamento do passeio era impossível porque os camiões necessitavam de passar para fornecer uma fábrica de móveis, o grupo NS, Neves e Santos, que também está nessa rua. Portanto, eu proponho algumas soluções, neste caso 3, em 1º lugar, alargar o passeio existente, portanto, aproveitando o espaço que já cedemos gratuitamente, isto porque entre a estrada e o muro da nossa casa, esses 30 centímetros, nós tínhamos um canteiro, fornecemos esse terreno para fazer um passeio, a junta forneceu os materiais, o senhor Artur fez-nos esse favor, nós oferecemos a mão de obra, mas, como já expliquei, os 30 cm não é suficiente para passar em segurança. Em 2º lugar, outra solução, portanto, instalar-se a sinalização vertical que neste momento é inexistente e alguns espelhos de visibilidade tanto para mim como para vizinhos e em 3º lugar seria uma solução para estudar mais a longo prazo que é a criação de uma rotunda no cruzamento, portanto, isto é um cruzamento que na estrada principal que liga a Loureira a Fátima e é um cruzamento que liga as ruas Central, Santo Amaro, São José e rua de Fátima, portanto, este cruzamento tem muito tráfego e junto com o tráfego pedonal de peregrinações a Fátima fazem com que nas horas de ponta seja mesmo muito difícil passar por ali e acho que seria uma mais-valia para todas as pessoas que houvesse ali uma rotunda, incluindo para mim, embora esteja um bocadinho afastado da minha casa já houve pessoas que me comprovaram que utilizam a rua, portanto, passa à frente da minha moradia para fugir a este cruzamento, portanto, acaba por ser um atalho para as pessoas, porquê? Porque aquele cruzamento não tem sinalização nenhuma e uma rotunda ali, se calhar, fazia com que abrandasse o fluxo de carros que passam a atalhar na minha rua, pronto. Aproveito para dizer que eu não quero, portanto, sugiro, sugiro que se evite colocação de lombas ou sentidos únicos nesta estrada porque podem agravar a questão do ruído ou da insegurança, pronto, até pessoas que já estão habituadas a fazer num sentido continuavam a fazer mesmo que fosse proibido, podia causar algum acidente e agradecia se fosse, se fosse aberto um processo oficial para que pudesse acompanhar

em conjunto estas medidas e, pronto, a segurança das famílias e a tranquilidade da nossa rua estão, estão em causa. Agradeço novamente a atenção.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Muito obrigado pela intervenção.

Cumprimento na pessoa do senhor Presidente os membros que estão nesta Assembleia, também as pessoas que estão a assistir em casa.

*Só queria precisar, estava aqui a ver, eu não, conheço vagamente esta rua, mas ia pedir só para projetar para perceber se é exatamente esta e perceber qual é a casa e pedia depois ao vereador responsável pelo trânsito para nos dar aqui algum feedback. Só para perceber exatamente o que nos está a ser pedido, não é? Portanto, estamos a falar desta rua aqui, não é? E a sua casa é esta aqui ou é do outro lado? **(gravação impercetível)**. É mais à frente **(gravação impercetível)** A ideia é construir passeios aqui? Não me parece ser muito viável, não é? Tem noção disso? **(gravação impercetível)** Ok, pronto, é só para perceber **(gravação impercetível)** número de processo, não nos podem é pedir coisas impossíveis, não é? Que é deitar casas abaixo ou pré-existentes, é difícil. E então qual é a casa exatamente? É esta aqui do lado direito? Ok, pois a tal fábrica está aqui. Aquilo que eu posso assumir é, pronto, o vereador pode ir ver, eu, sendo uma rua com estas características acho muito difícil, no entanto, acho que se devem criar condições para que haja essa segurança ou acalmia do trânsito ou, no entanto, eu pedia ao vereador para ver se já analisou, se tem alguma sugestão, pronto.”*

Intervenção do senhor Vereador Carlos Palheira

Transcrição:

“Muito boa noite a todos, cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara e nas suas pessoas cumprimentar todos os presentes na Assembleia, um cumprimento especial também ao senhor Christophe Inácio.

Dizer-lhe que na sua comunicação feita no dia 16 de março, foi quando fez, veio denunciar um dano num poste junto à sua habitação tendo informado que o mesmo foi causado pela passagem de um veículo pesado. Solicita também nessa missiva que haja um aumento do passeio, como disse e bem, para que os camiões não circulem tão proximamente às casas e pede também um reforço de sinalização para lá da vertical como a proibição de passagem de veículos pesados e limitações de velocidade, este é o seu pedido na missiva que fez no dia 16 de março, a câmara respondeu-lhe a 23 de abril, que disse que em articulação com a união de freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça fez várias diligências, algumas das quais junto da empresa que refere e em nenhum momento a empresa assume que tenha tido qualquer embate de algum dos seus carros nesse poste que afirma, mas



mostrou-se disponível para sensibilizar todos os seus fornecedores e também o seu próprio pessoal para as questões da segurança e da forma como circula na via. Foi também verificado e foi informado que a deformação no poste poderá não ter sido causada por nenhum embate de nenhuma viatura, isto também é-lhe informado assim como a proposta do alargamento do passeio não poderia ser atendida, pois a via em si já tem um perfil bastante débil, ou seja, na sua largura aumentando o risco de acidente caso se concretizasse, por exemplo, a sua instalação do seu lado ficaria mais protegido, mas do outro há habitações dos dois lados aumentaria o risco do outro lado. Também fez uma comunicação, senhor Christophe Inácio, no dia 26 de agosto em que pede também a colocação numa outra rua de lombas em que esse pedido também foi, foi atendido não na questão da colocação das lombas pelos constrangimentos, mas sim no reforço da sinalização vertical. Faz posteriormente uma comunicação no dia 17 de setembro também para a colocação de lombas na rua das Figueiras, onde habita, no dia 17 de setembro pede a colocação na rua das Figueiras de lombas e afirma depois, afirma que os veículos passam a grande velocidade, é-lhe referido pelos serviços da câmara em 12 de dezembro que a rua das Figueiras é uma, é uma via essencialmente de acesso local, que é uma via que tem um perfil deficitário com pequenas bolsas de passeio e a ausência de bermas e com casas em ambos os lados da via pelo que seria sempre muito difícil. Foi indeferida esta sua pretensão por um conjunto de razões, a 1ª é porque poderá potenciar o surgimento de reclamações de outros moradores da própria rua porquê? Porque a transposição destas lombas aumenta o ruído e aumenta para lá do ruído também as vibrações nas próprias casas e é também dito que o próprio causa incómodo, por exemplo, à passagem de viaturas de socorro e também de emergência. É feita uma outra comunicação do senhor Christophe no dia 21 de outubro para instalação também de lombas redutoras novamente na rua Nossa Senhora de Fátima, conforme diz, e nós, pelos mesmos motivos dizemos e recusamos essa colocação na rua Nossa Senhora de Fátima. Hoje, na comunicação, na sua comunicação a esta Assembleia apresenta 3 soluções para resolver o problema da, da rua das Figueiras, local onde habita, o alargamento do passeio, como disse, a questão da colocação da sinalética vertical e a questão da instalação de espelho em frente à sua habitação. Dizer-lhe que para já fico satisfeito por acolher a questão da câmara relativamente à ausência da pretensão de colocação de lombas redutoras de velocidade pois os serviços penso que lhe explicaram quais eram as suas vantagens em relação à colocação ou não ou eventuais benefícios da colocação ou para a não colocação da própria, da própria lombas. Quanto à questão do alargamento do passeio, tal como já previamente informado, iríamos condicionar ainda mais a circulação na via e iríamos potenciar ainda mais perigos na circulação da própria via pelo que não será possível essa própria colocação porque teríamos também a colocação de um passeio, por exemplo, implica uma largura mínima de um 1,50m pelo que reduziríamos

de grande maneira a circulação na própria. Quanto à questão, à questão que referiu da sinalética vertical iremos abordar, iremos verificar in loco a questão e tomaremos as devidas diligências para que a mesma seja ajustada em função dos perigos que a própria circulação na via apresenta. Relativamente à questão da colocação de um espelho em frente à sua habitação, este terá sempre que ser avaliado pois a sua colocação implicaria sempre e neste caso a colocação em faixa de rodagem, pois não temos nenhum passeio nem berma, e isso inviabiliza logo a sua colocação, ou seja, teria que ser previamente aprovada pela câmara caso fosse, caso diste 30 cm da faixa de rodagem e neste caso já se poderia colocar um espelho em frente à sua casa. Lembro que caso o parecer da câmara seja favorável relativamente à colocação de um espelho em frente à sua moradia, depois de uma prévia aprovação da câmara, a responsabilidade da sua colocação depois seria inteiramente do, do proponente e do e do morador na própria habitação, portanto, é o que eu lhe tenho a referir. Quanto à questão do ruído, irei encaminhar a sua, a sua reclamação para os serviços competentes da Câmara que irão avaliar quanto à questão e à sua pretensão de verificar a questão do ruído, se cumpre ou não com a passagem das viaturas. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Vamos passar ao ponto número 7 da nossa ordem de trabalhos.

Dando continuidade à prestação de contas que temos vindo a fazer relativamente às futuras instalações da Assembleia Municipal, eu pedi à senhora Arqt^a Sandra Macedo e ao senhor Arqt^o Rui Ribeiro para atualizarem o processo para depois os senhores deputados poderem colocar as questões que devidamente entenderem. Muito obrigado, senhora arquiteta.”

Intervenção da senhora Diretora de Departamento de Desenvolvimento Territorial - Arqt^a Sandra Macedo

Transcrição:

“Boa noite a todos, obrigada pela disponibilidade.

Eu vou tentar visitar o projeto que vos apresentei nos finais de 2022. O processo deu continuidade tendo em conta as vicissitudes do processo que de anteprojecto desenvolveu-se até projeto de execução, temos aqui novas fases das quais nós estamos a ultimar o processo e, portanto, eu vou tentar abreviar a apresentação. Em termos conceptuais o projeto mantém-se na sua orgânica e nas suas áreas, a estimativa orçamental também já está finalizada e depois vou justificar os tempos da legislação e do encontro de pareceres e de revisão de projeto, que é obrigatória atualmente, antes de fazer o procedimento de concurso público da empreitada. Portanto, automaticamente, deixem-me ver se isto funciona, deixem-me ver se isto está ligado, portanto, estes desenhos do Arqt^o Rui Ribeiro, autor do projeto, vocês já conhecem, esta é a intervenção predominantemente visual do edifício pré-existente da qual nós vamos fazer uma roupagem nova em termos de estrutura

metálica para incrementar conforto térmico e atualizar a fachada que atualmente o edifício tem. Isto são as maquetes que nós desenvolvemos em sede de estudo prévio, que continuam válidas relativamente à questão conceptual, aqui vou em parte repetir que há um espaço, que está neste momento a azul, que identifica a área que no piso -1 ou em cave de acesso através do alçado tardoz do edifício terá capacidade para considerar-se área afeta à Assembleia Municipal para arrumos e entrada de mercadoria. O piso térreo, que, eventualmente, vai consagrar a entrada principal, antecâmara, o foyer, a zona de exposições, casas de banho, áreas administrativas e o próprio anfiteatro consagrado em termos de tecnologia e equipamento para 144 lugares para as futuras sessões da Assembleia, esta é a área da qual eu destaco porque este projeto torna-se duplo relativamente à ampliação de serviços municipais e instalação do arquivo municipal também no piso térreo. Piso superior, e, portanto, aqui estão manifestamente o acesso à caixa de escadas que já existia, requalificação do elevador existente, área de circulação central em duplo pé-direito e a instalação de gabinetes técnicos e sala de reuniões. E aqui praticamente é o nosso redesenho do desenho urbano da área de implantação de toda a organização que vamos ter de estacionamento definido para futura propriedade horizontal dos estacionamentos afetos às futuras frações que existem neste edifício. Além desta questão, nós tivemos com o arquiteto preocupações relativamente às acessibilidades e, portanto, estamos a criar aqui novos acessos que possam cumprir a questão de rampas e, eventualmente, regularização de acessos de evacuação também que o edifício à data não terá e que agora terão que ser implementadas à volta dos seus alçados. Aqui também neste caso estou a destacar a amarelo o novo corredor e a nova escada de evacuação de incêndios relativamente ao piso superior, que não existe e, portanto, isto é uma intervenção nova adicionada ao alçado principal. Dominantemente temos aqui um estudo de intervenção da fachada que vocês em maquete verificaram que há um adorno ou uma adição de fachada ventilada e, portanto, aqui tenho o resumo das áreas que nos permitem depois fazer uma análise de candidatura relativamente à estimativa orçamental afeta a cada área que, neste momento, são serviços municipais, arquivo municipal e Assembleia Municipal, as áreas já estão diferenciadas. Isto é um esquema já de pormenor relativamente à estrutura metálica que nós vamos promover em alumínio para que possa ajustar e nos beneficiar em termos de certificados energéticos que é obrigatório para fazermos melhorias efetivas. E aqui começa a nova parte desta demora relativamente à evolução do projeto, o projeto está concluído, estamos a retificar a sua revisão, a sua 3ª versão, tivemos de contratar a revisão de projeto de acordo com o CCP, portanto, o Código de Contratos Públicos atualmente, fizemos uma contratação a uma empresa diferente relativamente à equipa projetista, durante 9 meses esta equipa teve que avaliar todas as especialidades envolvidas no projeto de execução já incluindo o mapa de quantidades e trabalhos pré-definido para verificar com

os técnicos municipais as suas condições prévias de estabilização para obra e, portanto, a revisão do projeto está a terminar, estamos a aguardar o termo de responsabilidade da equipa a dizer que está em condições técnicas para seguir para empreitada e, portanto, neste momento o processo está a concluir e estamos a aditar um assunto que eventualmente é recente, mas que não implica neste momento com a futura obra da Assembleia e dos serviços municipais que é a adição numa fração devoluta da futura Polícia Municipal que é um projeto adjacente, cumpre as especialidades que possam estar interligadas, cumpre toda a leitura de fachada do edifício, mas que será uma fração de ocupação dupla em 2 pisos e que é um projeto complementar. Aqui, justifico os valores que eventualmente estão disponíveis na candidatura que já se fez a 12 de dezembro de 2024. A candidatura neste momento está em análise na Comunidade Intermunicipal, na CIMRL, peço desculpa, tem valores afetos a candidatura, é uma candidatura que poderá subscrever o financiamento até 85%, os valores podem incluir também os pagamentos dos projetos e, portanto, temos aqui um valor relativamente residual relativamente ao que pode ser legível e elegível. Este é o quadro que nós fizemos em termos de cenário para que a possível candidatura possa ser aprovada nestes valores que incluem além do projeto base, além do valor dos projetos também o preço base previsto para a futura empreitada. Isto é o mapa de resumo dos valores envolvidos em todo o projeto, que será de cerca de 4200 m2 de área de construção, neste momento o valor está em 3.870, em sede de anteprojecto a candidatura o valor até estava superior, mas nós estamos a afinar os mapas de quantidades e trabalhos com a equipa de revisão do projeto. Cenários próximos, 4 cenários após promoção eventualmente da revisão, estamos com a estimativa de que em reunião de câmara de 27/5 possamos ter a aprovação do projeto e o procedimento da empreitada, a seguir a plataforma e a assinatura da candidatura prevê-se 12 meses de processo de contratação pública para procedimento de empreitada, junta-se depois o período após assinatura do contrato de futuro empreiteiro em sede de concurso público de Tribunal de Contas, em média temos demoras de cerca de mês e meio e depois o auto de consignação, que é logo a seguir a um possível visto e que demorará em termos de procedimento administrativo e de contratação de cerca de 15 dias estimando não havendo aqui percalço administrativos ou outras questões no âmbito do concurso público uma previsão de obra de início a 30/9. E com isto justifico em parte e agradeço a disponibilidade de mostrar a futura ou a conclusão deste projeto.”

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo - PSD

Transcrição:

“Pereira de Melo, PSD-PPD.

No mandato anterior em que eu era também deputado da Assembleia, o senhor Presidente da Assembleia que não é o atual, o anterior, prometeu-nos a meio do mandato mais ou

menos que em maio, estávamos no final do ano, em maio do ano seguinte estaríamos nas novas instalações. Ora, com isto já lá vão cerca de 6, 7 anos e estou convencido que daqui a 6, 7 anos, possivelmente, vamos ouvir a mesma coisa. Na altura, foi-nos dito que rapidamente teríamos umas instalações, que o edifício existia, que estava meio adaptado, tudo. Depois houve uma 2ª intervenção, suponho que já neste mandato, que nos foi dito que realmente estava perto, estava próximo. Agora, acabo na 3ª intervenção de ouvir que já se gastaram 3 milhões no projeto, que o projeto que está finalmente a andar, pelo que li agora estava em cerca de 3 milhões em projeto, que o projeto estava finalmente a andar e este projeto está a andar à velocidade habitual dos projetos e obras da câmara municipal de Leiria que realmente demoram anos para se concretizar. Este projeto que era suposto ser rápido outras câmaras municipais já deram à Assembleia Municipal local para trabalhar, nós continuamos sem ter e acho que vamos continuar a não ter, vamos acabar este mandato sem ter, no próximo mandato, possivelmente, o Tribunal de Contas dará o visto, no mandato seguinte talvez se inicie a construção se é que não vamos para a 4ª revisão do projeto porque na 4ª revisão é possível que a Polícia Municipal fique com o anfiteatro e a gente vá para uns gabinetes e volte para aqui. Ora, assim francamente isto é o exemplo típico da maneira como esta câmara funciona em obras e que realmente não sei, quer dizer, Leiria continua a ser ultrapassada em muita coisa, nós perdemos muito tempo a discutir aeroportos, isto e aquilo e nada se concretiza, portanto, o que eu pedia era que realmente, desta vez, que já não vai ser neste mandato, se o senhor Presidente da Câmara não faça como Monte Real que também já, não é o Monte Real é Monte Redondo em que também já lá vão quase 15 anos. A esta velocidade, francamente, senhor Presidente da Câmara lamento, mas acho que não é um processo que a câmara deva administrar, espero que venha uma administração mais rápida a seguir, tenho dito.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

*“Obrigado, senhor deputado e percebendo que houve alguns erros de interpretação do senhor deputado, nomeadamente que já estavam gastos 3 milhões de euros, não é isso que acontece, eu vou dar oportunidade à senhora Arqtª Sandra Macedo para responder a esta questão. Faça favor, senhora **(gravação impercetível)**, senhor Presidente.”*

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Não queria deixar de agradecer a intervenção da senhora Arqtª Sandra Macedo, claro que a intervenção é mais política uma vez que fala sobre o ritmo dos projetos e a inércia da câmara e estarmos a ser ultrapassados, portanto, acho que não deve ser um dirigente da câmara a fazer a justificação daquilo que é um pensamento, uma opinião do qual o senhor deputado apresentou. Há aqui questões que estão muito relacionadas com as

complexidades dos projetos, com aquilo que é as leis existentes em termos de não só em termos de especialidades, mas também com a necessidade de fazer as necessárias adaptações e agora nos últimos anos com a necessidade de fazer revisão de projeto. Tudo isso concorre para que haja um tempo maior de planeamento, depois há um ponto que é muito importante que tem a ver com o financiamento, isto é uma obra ainda de um montante avultado e, portanto, ela será lançada depois de feita a candidatura e vir aprovada porque a câmara não vai assumir o financiamento a 100% desta obra, portanto, aquilo que está ali está referenciado como candidatura, é importante que todos percebam se gastarmos 4 milhões de euros neste edifício, é 4 milhões de euros que não vamos gastar noutros edifícios para outras funções, ok? E nesse aspeto temos de garantir também se nós gostamos de fazer coisas também com contas certas não é de um momento para o outro que agora vamos fazer aquilo que fizemos com as escolas e depois tivemos que, no fundo, reclamar o financiamento através do PRR para obras que já estavam em curso sem termos tido a candidatura previamente aprovada embora ela tivesse sido garantida que assim iria ser e, portanto, o que eu tenho a dizer relativamente à intervenção do senhor deputado é que nós estamos empenhados em cumprir com este calendário, é ambicioso, vamos ter ainda que validar a candidatura junto dos fundos comunitários, da CCDR Centro e, portanto, quando tivermos tudo isso preparado avançaremos ao ritmo que, pronto, ritmo que é ajustado ao tipo de projeto. Se me disser assim, "Ah, tem uma escola para construir", é prioritário e tem que andar rápido, não é? Concorda, concorda com o nível de prioridades, não concorda? Pronto, este também, este, este também está na linha de prioridades porque também está no orçamento, não é? Mas tem que ter uma garantia de financiamento, se não houver garantia de financiamento vai ter que aguardar mais um bocadinho, ok? Obrigado."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Também ainda complementando um pouco esta intervenção política do senhor Presidente da câmara, dizer-lhe que a minha preocupação enquanto Presidente da Assembleia Municipal foi dar continuidade ao processo que já vinha do meu anterior, meu predecessor e que era essa e foi isso a única coisa que eu, de facto, prometi que estamos a cumprir e é preciso às vezes termos um pouco de, percebendo a complexidade do processo que foi submetido a uma revisão, está submetido a um visto do Tribunal de Contas e depois à respetiva candidatura e à respetiva comparticipação dos 85%, creio eu, no PRR perceber que se tem sido, que tem sido iniciado era porque era eleitoralista este ano, era porque provavelmente era para as eleições, como viram nas datas, pelo menos disso não há acusação possível, porque as datas não permitem que o processo seja um processo eleitoralista, há sim a consciência e a responsabilidade de se fazer um processo como deve

ser, com as devidas aplicações no devido tempo, isso é que tem sido, de facto, a nossa, a nossa preocupação. Não sei se a senhora Arqt^a Sandra Macedo quer dar mais alguma explicação técnica ou o senhor Arqt^o Rui Ribeiro ou se mais algum dos senhores deputados pretende dizer algo mais. Não havendo, quero agradecer à senhora Arqt^a Sandra Macedo e o senhor Arqt^o Rui Ribeiro a disponibilidade que tiveram para mais uma vez nos vir fazer a apresentação deste projeto, muito obrigado.”

***** PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA *****

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou este período referindo a existência de um voto de pesar apresentado pela Mesa.

“Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, Papa Francisco”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Vamos dar então continuidade ao nosso, ao nosso período com voto ao iniciar o “Período Antes da Ordem do Dia” com um voto de pesar que também, que os senhores deputados também receberam e com que concordaram, pelo que me fizeram chegar, um voto de pesar pelo falecimento de Sua Santidade Papa Francisco. A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária de 29 de abril de 2025 presta homenagem à memória de Sua Santidade, o Papa Francisco recentemente falecido. Jorge Mário Bergoglio, 1º Papa oriundo do continente sul-americano, assumiu o pontificado em 2013 adotando o nome Francisco em honra de São Francisco de Assis. O seu pontificado ficou marcado por uma visão profundamente humanista e reformadora promovendo valores de solidariedade, justiça social e diálogo inter-religioso e defesa dos mais vulneráveis, incluindo migrantes, refugiados, pobres e vítimas de exclusão. Para além da sua função como líder espiritual da Igreja Católica, o Papa Francisco era também chefe de Estado do Vaticano mantendo com Portugal uma relação de proximidade institucional, histórica e cultural. O seu exemplo de humildade, simplicidade e abertura ao mundo ficou bem patente nas suas visitas a Portugal onde tocou o coração de milhões de crentes e não-crentes. O legado do Papa Francisco transcende fronteiras e profissões deixando uma marca profunda na história do nosso tempo. Assim, a Assembleia Municipal de Leiria manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco e endereça à Santa Sé, à Igreja Católica e a todos os fiéis católicos, em especial aos da Diocese de Leiria-Fátima, as mais sentidas condolências.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o voto de pesar à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**

De seguida foi efetuado um minuto de silêncio.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu continuidade à sessão tendo dando a palavra aos senhores deputados.

Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa – PS

Transcrição:

"Muito boa noite. Acácio Sousa, PS.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os membros desta Assembleia;

Senhor Presidente da Câmara Municipal e na sua pessoa toda a vereação;

Municípios aqui presentes e que acompanham online;

Colaboradores de apoio a esta sessão.

Ontem ficámos a saber que basta desligar a ficha para o país ficar à exposição do caos. Foi um sério e preocupante aviso e os prejuízos ainda estão por calcular.

Há incidentes que não conseguimos prever, mas não nos servirá de consolação sabermos que não somos os únicos a correr estes riscos, que outros países também ficaram apagados, sobretudo os nossos vizinhos espanhóis. A dependência ou INTERdependência da qual, se calhar desconhecíamos a dimensão, parece ser dramaticamente bizarra. Há uma concessão da rede elétrica, mas repisamos o que já todos sabemos, que se trata de um de serviço público fundamental para setores chave da vida do país! O Estado deve intervir, pelo menos, na planificação da segurança da rede.

Sei que têm passado vários governos, inclusivamente do PS, e tudo parece andar num dulce fare niente, mas Passos Coelho estará ainda de consciência tranquila, como afirmou quando privatizou a REN, e o Tribunal de Contas alertou que o governo não tinha acautelado, com as devidas medidas legislativas, os interesses estratégicos do Estado? Uma alternativa de não dependência, ou a manutenção dos geradores ou reencaminhadores de energia, ou de equipamentos de restart, parecem ser evidências que, a não serem acauteladas, podem trazer custos altíssimos face à dependência desta interdependência. Esperemos que esta situação de ontem seja auditada e pese na decisão política quanto a padrões de serviços essenciais e de recursos alternativos, coisas que ontem andaram muito confusas para todo o país.

Apesar do alarme gradual ao longo do dia, a população reagiu com sossego relativo e esta é a 1ª felicitação. Por cá, pelo nosso concelho, também reaprendemos a não ter telemóvel ou internet, ou a ter os cuidados com a alimentação em frigoríficos e em pouparmos a água. O Centro de Emergência Municipal foi acionado e bem, em todas as suas componentes, e ficou garantida a atenção aos mais pequenos sendo notável a interação com as direções das escolas e destas com todos os profissionais da educação e com os encarregados de educação em relação à ocupação dos alunos ou ao facto de os

encarregados de educação os irem buscar; foi disponibilizado o apoio possível aos centros de saúde e ao plano de contingência do Centro Hospitalar; foi avaliada a situação da recolha de resíduos e preparada uma ação de emergência; foram definidas áreas de prioridade para o abastecimento de água e acionados os geradores para minimizar os cortes o que, acabando por acontecer em algumas zonas e não podendo haver geradores em todas as estações, não deixou de ser um sinal para o reforço da vigilância e manutenção sobre estes equipamentos; com as Juntas e Uniões de Freguesia e as Unidades Locais de Proteção Civil foi acionada uma estratégia de apoio às IPSS que acolhem idosos; foi garantida a fundamental rede de contactos entre os diversos serviços públicos, a E-Redes, forças de segurança, JFs e UFs e proteção civil. E tendo-se feito muito, aprende-se sempre a melhorar ainda mais para o futuro.

E assim, mesmo sendo uma obrigação que lhes toca, não deixamos de reconhecer o trabalho da Câmara, e a entrega a este árduo labor, entre muitos outros, dos técnicos da proteção civil, das forças de segurança, dos profissionais de saúde, dos profissionais do ensino, dos colaboradores do Município, ou do pequeno comércio. A todos o nosso reconhecimento.

E se calhar, os kits de sobrevivência não são tão despiciendos como uma coisa que "hei-de fazer um dia destes"!!

Dito o que entendi dizer acerca do apagão de ontem, aproveito estar aqui para falar num outro assunto, bem mais leve.

No dia 25 de abril passado assinalámos 50 anos sobre as 1^{as} eleições democráticas para uma Assembleia que veio a produzir a Constituição Democrática da República Portuguesa e esta foi a verdadeira confirmação do grande desígnio de Abril de 1974. Por isto, tenho o gosto em oferecer a todos os membros desta Assembleia uma separata de um artigo que publiquei este mês na Revista Anais Leirienses, onde se revela o ambiente político na altura, o processo eleitoral e os resultados no país e no concelho. Uma a cada um, não pode ser mais. Não é um trabalho partidário, é de objetividade histórica em parceria com Carolina Henriques Pereira uma jovem investigadora de Leiria já premiada. Também não estou a oferecer uma coisa, apesar de ser uma coisa bem pequena, suportada por dinheiros públicos. Esta separata mandei-a eu fazer com o gosto de a oferecer a V.Ex^{as}. Fica à vossa disposição para críticas oportunas. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado Nuno Violante - PCP

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e aqueles que nos assistem pelas plataformas digitais.

A Revolução de Abril corresponde a um marco histórico na história do país, um grito do povo português, uma afirmação de liberdade, de emancipação social, de soberania e independência nacional.

As conquistas democráticas resultantes da Revolução que atravessam todo o quotidiano coletivo - os direitos fundamentais e os direitos políticos e sindicais, o acesso generalizado ao ensino, saúde e segurança social, a democratização cultural e tantas outras - asseguraram o regime democrático, o fim do poder dos grupos monopolistas, a democratização da sociedade portuguesa, o desenvolvimento do país e a melhoria das condições de vida do povo português.

Conquistas consagradas na Constituição da República, que incorporou o acervo libertador, progressista e do caminho para o desenvolvimento económico, social e cultural e de afirmação de um Portugal livre, independente e soberano. No entanto, e como infelizmente se tem observado, se a democracia é a maior das heranças de Abril, ela não é um dado adquirido e exige participação e compromisso contra a indiferença e resignação que a ameaçam. Por isso saudamos todos aqueles que participaram nas diversas comemorações do 25 de abril e, em particular, os milhares que o fizeram em Leiria nas iniciativas oficiais e na grande participação no desfile popular que encheu as ruas entre o Mercado Municipal e a Fonte Luminosa numa demonstração de união e esperança.

O 1º de Maio – Dia Internacional do trabalhador é, desde 1886, um dia de resistência e luta para todos os trabalhadores do mundo. Esta data recorda-nos que a conquista da liberdade não pode ser dissociada da dignidade no trabalho, do direito a condições justas e da construção de uma sociedade mais solidária e inclusiva. Quando, como agora, as desigualdades se acentuam e quando se assiste a tentativas de limitação de importantes direitos sociais, económicos e políticos, as comemorações revestem-se de particular importância. Por isso saudamos as lutas dos trabalhadores e das populações em defesa do emprego de qualidade, da habitação, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, da segurança social, do SNS e dos serviços públicos, apelando à sua participação nas comemorações do 1º de Maio. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Luis Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Cumprimento o senhor Presidente, boa noite a todos. Cumprimento também o senhor Presidente do Executivo.

A minha reflexão vem no alinhamento da reflexão feita pelo senhor deputado Acácio Sousa referente aos momentos e ao apagão que tivemos ontem alinhando também com as suas palavras na privatização da REN de Pedro Passos Coelho também podemos, e bem admitiu que o Governo do Partido Socialista também esteve mal com o encerramento das centrais

e de outros lapsos cometidos, temos um ex-ministro também do PSD, Mira Amaral, o homem percebe bem de, de energia, também a criticar o Governo atual, apesar de serem do mesmo partido, e é imperativo a devida reflexão ao que aconteceu. Tenho algumas perguntas que queria deixar ao senhor vereador responsável, quantas freguesias ficaram sem, sem água, mais ou menos durante quanto tempo, quantas horas mais poderíamos, sem energia, garantir o fornecimento de água visto que em todo o país, em todos os municípios, principalmente nas capitais de distrito, esta era, foi a maior preocupação, quanto tempo aguentamos mais, até concelhos vizinhos, quanto tempo aguentamos mais sem energia para poder fornecer água Também quero recomendar ao Executivo que se apresente um relatório de, de informação e que se pondere de futuro, já o tinha recomendado quando foi pós incêndios, os geradores são fundamentais, os geradores são fundamentais garantir os mínimos, proteção civil, estações de elevatórias de água, bombagem de água, os geradores são fundamentais e são um investimento que é imperativo fazer dos Executivos Municipais. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Marta Violante – PS

Transcrição:

"Marta Violante, PS.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara permitam-me que nas pessoas dos senhores Presidentes cumprimente todos os presentes e todos os que nos acompanham online.

Antes de mais gostava de aproveitar para agradecer o amável, a amável oferta do deputado Acácio de Sousa e passo então à intervenção.

A versão final do Plano de Resolução e Resiliência foi apresentada publicamente a 16 de abril de 2021 e submetida à Comissão Europeia a 22 de abril de 2021. Há praticamente 4 anos. E Leiria tem sido resiliente!

No contexto da NUT II, dos 67.172 projetos aprovados, 12.495 são de Leiria, o que representa cerca de 18% da totalidade de Projetos, e destes 3.976 são do Concelho de Leiria - somos o 2º concelho com mais projetos aprovados e contratados.

Todas as 17 candidaturas apresentadas pela CMLeiria foram aprovadas e que fazem-se refletir na: construção de 6 Unidades de Saúde; dentro do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação reflete-se na reabilitação de 31 habitações, das quais 10 estão concluídas, 8 estão em fase de obra e 13 estão em concurso; e na construção de 20 novos fogos, dos quais 6 estão em obra e grande parte em fase de concurso. Há ainda candidatura do Centro de Alojamento Emergência Social de Leiria cuja obra está concluída.

No âmbito da Cultura, houve a candidatura da Requalificação e conservação do sítio arqueológico do Lagar Velho – Vale do Lapedo e a Aquisição de equipamento de cinema para o TJLS e Cine Teatro de Monte Real.

Ainda as candidaturas da requalificação das Escolas D. Dinis e Secundária ALV. E as candidaturas do Radar Social para criação de equipas para projeto piloto e do Cadastro Simplificado. E claro, sem esquecer o projeto-tipo que o executivo desenhou para apoiar IPSSs na criação de creches, com oferta de mais de 490 lugares. 4 destas estruturas estão concluídas, 3 estão em obra e 5 a concurso. Um apoio expressivo que ascende aos 3 milhões de euros por parte da CMLeiria para esta resposta tão necessária no Concelho.

Pode haver municípios com maior volume financeiro de investimentos do PRR, mas com esta dimensão de obra e de diversidade, aprovada e em execução e executados, estaremos certamente num lugar de destaque.

Leiria tem sido um dos municípios mais eficazes na execução do PRR, tanto em termos de montantes aprovados e pagos quanto na concretização de projetos. Este desempenho tem sido reconhecido a nível nacional, refletindo o compromisso do concelho com a implementação eficiente dos fundos europeus.

Reconheçamos nós também localmente e congratulemo-nos pelo dinamismo que apresentamos. Disse.”

Intervenção da senhora deputada Sofia Francisco – PS

Transcrição:

"Sofia Francisco, PS.

Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados, presidentes de junta e uniões de freguesia, cumprimento o exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal, todos os vereadores, cumprimento igualmente todos os que nos acompanham em casa e todos os restantes elementos aqui presentes.

O Grupo Municipal do Partido Socialista pretende, nesta Assembleia, manifestar a sua profunda satisfação com a formalização, junto do Governo, do pedido para a criação da Universidade de Leiria e Oeste, através da transformação do Instituto Politécnico de Leiria. O Instituto Politécnico de Leiria é uma instituição de ensino superior consolidada, com uma oferta formativa sólida, frequentada por mais de 14.000 estudantes, e com uma expressiva dimensão internacional. Integra centros de investigação ativos, que desenvolvem trabalho científico de excelência em diversas áreas do saber, mantendo uma relação estreita com o tecido empresarial da região e apostando firmemente na qualificação dos recursos humanos como vetor estratégico para o desenvolvimento regional.

Neste contexto, a criação da Universidade de Leiria e Oeste representa efetivamente mais do que uma mera alteração de designação institucional. Trata-se de um marco estruturante, que se traduz na disponibilização de mais recursos, na diversificação da oferta formativa e na ampliação da capacidade de produção de conhecimento e de inovação. É, por isso, um momento de grande avanço para o concelho de Leiria e toda a região.

Um avanço que se deve ao empenho continuado de uma instituição de ensino superior de excelência, com o papel ativo do Município de Leiria, concelho educador, atento e comprometido com a valorização da educação desde a infância até ao ensino superior, e que tem apostado, com determinação, na construção de um território mais coeso, mais inovador e mais preparado para os desafios do futuro.

Queremos igualmente evocar aqueles que, no passado, souberam sonhar e agir com visão e determinação. Recordamos Joaquim Marques Confraria, vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Leiria entre 1974 e 1976, eleito pelo Partido Socialista, que apresentou em reunião camarária a proposta para a criação de um Instituto Politécnico em Leiria. Lembramos também o deputado municipal do PS, Joaquim Vieira Pereira, que, na sessão da Assembleia Municipal de 20 de fevereiro de 1980, no período antes da ordem do dia, se insurgiu contra a indefinição do Ministério da Educação, apresentando uma moção — aprovada por esta Assembleia — que exigia uma posição por escrito sobre a criação do Instituto Politécnico de Leiria, posição esta secundada e reforçada por outro deputado municipal do PS, António Sequeira. Foi também graças a iniciativas como estas, enraizadas na visão e no compromisso cívico e político, que hoje celebramos este novo passo histórico.

Por conseguinte, congratulamo-nos, assim, com o pedido de transformação do Politécnico de Leiria em Universidade de Leiria e Oeste, pois estão reunidas todas as condições para iniciar um novo ciclo, com uma universidade de pleno direito, sediada em Leiria, renovando o compromisso com o futuro da educação, da ciência e do desenvolvimento da nossa região. Obrigada.”

Intervenção do senhor Vereador Luís Lopes

Transcrição:

“Boa noite a todas e a todos, senhor Presidente e quem nos assiste em casa, cumprimentar todos os presentes.

Começar e, logicamente, responder objetivamente às perguntas que foram colocadas apenas por uma lógica de contexto e que já foi referido e convém reforçar. Até a esta hora continuamos sem saber qual foi a causa deste apagão, assim denominado, tendo apenas conhecimento que a sua origem foi em território espanhol e que teve uma influência direta sobre o sistema energético da Península Ibérica e, logicamente, também nosso. Isto é importante porquê? Começar por esta intervenção de contexto porque se nós tentarmos comparar este episódio com o Lesley ou com outras tempestades que tivemos e quando ficámos sem abastecimento de energia elétrica e de água na verdade, nesses eventos, sabíamos qual a causa e a dimensão e a duração prevista das intervenções que se iriam seguir. Neste caso, colocou-nos outros desafios, principalmente em matéria de comunicação pública porque não era conhecida a origem desta quebra do fornecimento de



energia elétrica e digo isto para precisamente começar pela questão da comunicação pública e a forma como ela foi trabalhada e aquilo que nós tentámos fazer junto das autoridades, entenda-se agentes de proteção civil e entidades com dever de cooperação, mas também com a informação que a câmara foi divulgando e os momentos em que a divulgou para que fosse possível de aceder e que se contrariasse a quantidade de desinformação que foi aparecendo por vários órgãos de informação, não vou chamar comunicação porque não entendo como tal, mas é relevante nesse contexto. Foi efetivamente um cenário de exceção nunca antes registado em território europeu e que originou uma sequência de eventos em cadeia que originaram aquilo que todos assistimos durante o dia de segunda-feira, dito isto a lógica e aquilo que sabemos é que houve uma perda de energia, que corresponde a 60% do consumo total de Espanha, durante 5 segundos e que isso originou a queda do sistema que entrou em modo de segurança, para facilitar o discurso, e que depois levou ao tal "black start" que nós ouvimos e que agora todos nós percebemos um bocadinho melhor como é que é este sistema e a sua resiliência, mas também interação que temos com os nossos vizinhos espanhóis e o que é que isso significa no contexto europeu porque não nos podemos esquecer que estamos na Europa e que há normas que nós próprios temos e que temos vindo a cumprir. Dito isto, relativamente àquilo que foi e apenas só com algumas notas que considero relevante sobre as intervenções que já foram feitas e aquilo que é a informação pública dar-vos nota que aquilo que foi a nossa lógica de priorização teve a ver em 1ª instância com aquilo que é a saúde e a distribuição de água uma vez que seria crítico para os períodos que se seguiriam sendo certo que nós montámos sempre um cenário a 72 horas, portanto, todas as decisões que foram tomadas, antecipação e mobilização de recursos foi sempre assumindo que pelo menos durante 72 horas não haveria reabastecimento de energia elétrica e isso também condicionou depois as ações posteriores. O agendamento da Comissão Municipal de Proteção Civil para as 16 horas tem a ver com o facto de termos mais informação disponível para podermos tomar decisões, mas também pelo facto de com o histórico que temos em mãos saber que entre 5 a 6 horas as comunicações móveis entram em perda e nós era janela de oportunidade que tínhamos para conseguir comunicar com depois a população relativamente às medidas a adotar, independentemente das indicações que nos chegassem do patamar nacional e sub-regional e, para esse efeito, às 16 horas nós conseguimos ainda emitir um 2º comunicado sobre aquilo que eram as ações prioritárias por parte das entidades dentro do concelho de Leiria e tentando no melhor possível estabelecer a ligação com as entidades que estão fora do contexto municipal, mas têm uma relação direta connosco, entenda-se E-redes, REN, Águas do Centro Litoral, EPAL e a Be-Water que fornecem água em alta para dentro do concelho de, de Leiria. Portanto, a 1ª informação que divulgámos foi ainda antes das 16 horas dando já algumas indicações dos momentos

que se iriam seguir e depois, já decorrente das decisões tomadas no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil e do acionamento do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil que nos dá legitimidade para adoção de algumas das medidas que depois indicámos, e aqui sim, não aguardando por indicações do patamar nacional porque elas foram praticamente inexistentes e nós entendemos que dada a gravidade de informação que tínhamos em mãos que era necessário, ainda com tempo e ainda com dados para comunicar, que a população tivesse acesso a essa mesma informação, portanto, para além da saúde, das escolas, da água e também daquilo que tem a ver depois com as EIRP's, com os estabelecimentos dentro do concelho, lares de idosos e centros de dia, estas foram as prioridades que foram definidas, sendo que também dar essa nota e esse agradecimento que relativamente aos estabelecimentos para seniores nós avocados este contacto e este acompanhamento e identificação de necessidades às juntas de freguesia e entidades locais de proteção civil, porque? Devido à sua proximidade e ao facto de rapidamente irmos perder comunicações móveis com estes mesmos estabelecimentos e seria mais fácil a identificação de fragilidades, tal como aconteceu e depois foram supridas nos momentos seguintes. Ainda dizer que relativamente às comunicações, e é um ponto fulcral, estas comunicações aconteceram, como vos disse, ainda com utilização de dados móveis, ou seja, com as operadoras ainda a funcionar algo que entrou em perda sensivelmente por volta das 17h30 / 18h e aí já não conseguimos ter acesso à informação tal como era desejável, pelo menos com informação gráfica e imagem. Ainda assim, as comunicações de emergência mantiveram-se em funcionamento, ou seja, o 112 nunca entrou em perda, nós tivemos e continuámos a ter capacidade de proteção e socorro dentro do concelho, tanto que entre as 11 da manhã e as 23 horas, em que às 23h já tínhamos praticamente total reposição de eletricidade dentro do concelho e também a capacidade de comunicação já numa forma mais alargada, foram registadas 65 ocorrências de proteção e socorro em que destas 56 têm a ver com socorro direto à população, ou seja, maioritariamente emergência pré-hospitalar, isto para dizer o que? Todos os pedidos de socorro que foram emitidos durante este período horário em que estivemos praticamente sem comunicações ou hipoteticamente sem comunicações, todos foram atendidos em tempo útil e todos foram devidamente despachados através da Central Municipal de Operações de Socorro em articulação lógica com o INEM e com o Comando Sub-Regional da, da ANEPEC. Ainda assim dizer que no que respeita às comunicações, efetivamente tivemos limitações da operação com o SIRESP, mas as limitações nunca impediram o estabelecimento de e, principalmente, o despacho de meios de socorro durante este período, este período horário. Se a questão do SIRESP, que já tem vindo a ser falado durante o dia de hoje e sempre que temos um evento semelhante, é um assunto recorrente, se dentro do concelho ficámos sem SIRESP, não, ele manteve-se em operação até que houve restabelecimento de corrente elétrica,

com limitações, é um facto, mas, e também dizer isto, não vou entrar em muitos detalhes porque senão iria demorar mais tempo, tem muito a ver também com a gestão do próprio sistema de comunicações e com a identificação de canais e a segregação de canais para que não se sobrecarregue demasiado a mesma pasta dentro daquilo que é o funcionamento do SIRESP e isso é possível fazer e tentámos dentro da medida do possível também fazê-lo. Por outro lado, aquilo que é outro sistema de comunicações dominado como Rede Estratégica de Proteção Civil e é com base nessa que nós assentamos as comunicações com as juntas de freguesia e entidades locais de Proteção Civil, aqui sim, tivemos limitações e o sistema entrou em perda porque funciona através de um repetidor na Serra dos Candeeiros ou em Castanheira de Pera e a verdade é que o repetidor, apesar de nós termos pedido à ANEPS para fazer o reforço e garantir que tudo estava em funcionamento não foi possível estabelecer as comunicações através da REPS, qual foi a alternativa? Mantermos a comunicação através dos quartéis de bombeiros no concelho, uma vez que todos eles estão equipados com internet por satélite, que o município já implementou há alguns meses, e que nos manteve sempre a comunicação por vídeo, dados, imagem e a possibilidade de fazer a ligação com todas as juntas de freguesia e como vos disse, todos os pedidos de socorro via 112 todos foram atendidos, todos foram despachados ainda assim e também numa perspetiva de melhoria contínua aquilo que nós já identificámos e agora entrando na questão do fornecimento da água, aquilo que já identificámos em matéria de comunicação é que temos que ter um repetidor a ser gerido dentro do próprio município, não sendo uma competência direta do município, mas sim da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, é algo que nós podemos e iremos certamente fazer, mas também robustecer a rede dentro do próprio concelho recorrendo a outros temas como, por exemplo, os radioamadores que estão implementados, funcionam e são soluções que estão previstas também no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. No que respeita à questão do fornecimento de água, nós tivemos não, ou seja, zonas sem fornecimento de água em algum período, a zona urbana praticamente toda, a Barosa, o Vale Sepal e a Maceira ainda que em períodos distintos alguns entraram em, em perda praticamente logo após o apagão, permitam-me utilizar este, este termo, mas todas as outras foram graduais, isto porquê? Como referi há pouco, e esta articulação com a ADCL, com a EPAL e com a Be-Water foi feita em permanência, houve opções do gestor que não passam diretamente pelo município, entenda-se a EPAL assim que entrou em perda fechou-nos a torneira, é a forma mais fácil de o dizer, e a Be-Water fez a mesma coisa. A ADCL, que é o maior fornecedor em alta do concelho, manteve o fornecimento até ser possível e a priorização na colocação dos geradores foi precisamente para garantir que os primeiros a serem restabelecidos eram os pontos que permitiam fornecer água a maior número de pessoas dentro do concelho de Leiria, portanto, isto para dizer o quê? Os primeiros geradores que

estiveram disponíveis começaram a ser implementados nos pontos de abastecimento da Águas do Centro Litoral e, a partir daí, foi priorizado os geradores seguintes que iríamos colocar no, no terreno. O restante concelho, todo teve abastecimento de água ainda com perdas de pressão, mas ninguém ficou sem água a partir das torneiras, é lógico se me perguntar se toda a gente tinha água em condições para algum tipo de usos estava condicionado porque a perda de pressão, por exemplo, para banhos fica extremamente complexa. A questão sobre os geradores, nós, dar nota que o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, que foi recentemente aqui também nesta câmara aprovada a sua revisão, a lista de meios e recursos foi atualizada, todos os geradores que existem dentro do concelho de Leiria estão identificados, ainda assim, e isso é algo que é uma lição que nós já trazíamos do passado, não significa que os geradores identificados estejam disponíveis e estejam dentro do concelho e isto é uma limitação que acontece de forma permanente, 365 dias por ano em todo o território nacional, porquê? Porque algumas destas empresas alugam geradores, têm empreitadas noutros pontos do país e transportam geradores para fora ou para dentro do concelho, o que é que isto significa na prática? Todos os que estavam disponíveis da nossa lista de recursos foram acionados e foram implementados incluindo os que os próprios SMAS têm, ou seja, nós temos alguma capacidade própria, a partir daí nós fomos robustecendo a rede com outros geradores, tanto que, e como vos disse há pouco, nós montámos, fizemos uma avaliação de recursos numa perspectiva de 72 horas, nós tivemos um gerador que chegou às 23 horas ao quartel dos Bombeiros Sapadores e que já não foi implementado porque já foi restabelecida a rede, ainda assim não o desativámos porque preferimos aguardar por garantir a estabilidade do fornecimento de energia elétrica. Algumas notas mesmo para concluir que tem a ver com o quê? A identificação das vulnerabilidades do nosso sistema de abastecimento de água, também, por exemplo, do sistema de telemetria hoje ou ontem foram colocadas no verdadeiro teste porque até hoje nunca tinham falhado, ou seja, nós conseguimos perceber a todo o momento qual é o nível de todos os reservatórios dentro do concelho, a nossa expectativa é que com o restabelecimento de energia elétrica e o sistema de telemetria também fizesse essas leituras e chegámos à conclusão que apesar de ter UPS esta leitura não foi possível, portanto, vamos ter que ter um novo sistema de comunicação de dados que não dependa, por exemplo, de cartões GSM, ou seja, cartões de dados e vamos fazer a comunicação de outra forma. Por outro lado, a questão dos geradores, como o senhor deputado há pouco questionou, sim nós, e hoje foi uma das conclusões evidentes, é que temos que ter maior número de geradores possíveis de mobilizar por onde quer que seja e o possíveis de mobilizar é não serem fixos, quer pela lógica de gestão de manutenção, mas porque nós, Lesley e outros eventos ensinaram-nos isso, nunca sabemos onde é que vamos ter o problema, portanto, estarmos a fixá-los levanta até outras questões associadas à

manutenção, roubo, vandalização, etc., portanto, termos estes equipamentos que possamos mobilizar, é isso que faz sentido e é isso que iremos avançar, o município através dos SMAS, mas também através da Comunidade Intermunicipal porque entendemos que este tipo de eventos, isto tem-se manifestado nos últimos anos, não afetam apenas e só o concelho de Leiria e esta capacidade de subsidiariedade e mobilização de recursos é absolutamente crucial sendo certo, e para concluir, que o que aconteceu ontem isto não se compadece porque todo o país entrou em shutdown, portanto, o que significa que os recursos que Leiria conseguiu mobilizar foram os recursos que Leiria tinha, portanto, nós não podemos socorrer-nos a nenhum concelho vizinho ou até de um patamar sub-regional ou o nacional relativamente àquilo que é a estrutura de Proteção Civil e, como tal é importante que exista esta capacidade de, de resiliência do próprio sistema em si. Às 9h30 da manhã todo o concelho tinha o abastecimento de água garantido ainda que com algumas falhas pontuais e houve a necessidade de purgar o sistema, para facilitar o discurso, uma vez que, por exemplo, na Maceira estávamos com esse problema e foi necessário fazer uma intervenção manual ainda que tenha sido rápida a sua resolução. No que respeita a outras oportunidades de melhoria, a questão do relatório de levantamento de informação, é lógico que o iremos fazer. Nós, hoje de manhã, para além da Comissão Municipal de Proteção Civil, que desativou o Plano Municipal de Emergência, já tivemos uma reunião já, apenas e só dedicada com os SMAS, com a Proteção Civil, com a ADCL para estes pontos de melhoria já estão perfeitamente identificados e a nossa obrigação é termos respostas prontas e algumas delas não podem aguardar por um mês ou dois, outra coisa que seja. Por último, também e apenas dizer-vos isso que houve sempre a tentativa de termos informação credível e divulgada em tempo útil para que se evitasse especulação como aconteceu em tantos sítios e aí, e mesmo para concluir, o agradecimento a todas as pessoas que colaboraram porque foram muito mais do que aquelas que, obviamente, estiveram incluídas e que já referi muitas, os SMAS, corpos de bombeiros, forças de segurança, os presidentes de junta de freguesia, as unidades locais de proteção civil, mas houve, mais uma vez, o tecido empresarial a chegar-se à frente e alguns deles contactados depois por nós e outros voluntariamente a fornecer todos os recursos que tinham à sua disposição para o que fosse necessário e isto mais uma vez demonstra aquilo que é a capacidade de intervenção do concelho de Leiria e a resiliência que manifesta sempre que temos um evento destes, ainda assim nem tudo foi positivo, há lições que nós retiramos e oportunidades de melhoria que certamente iremos implementar. E é tudo.”

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao “Período da Ordem do Dia”.

******* PERÍODO DA ORDEM DO DIA *******

Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** comunicou nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para esclarecimento de questões.

Não havendo questões o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou à apresentação do Ponto n.º 2 pois o Ponto n.º 1 não carece de votação.

Ponto 2 – Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos -
Para conhecimento;

Intervenção do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, decorre daquilo que tem sido habitual, há uma assunção de compromissos plurianuais com autorização prévia por parte da Assembleia, portanto, estamos aqui a apresentar essa listagem dos compromissos que, no fundo, foram assumidos ou foram concretizados ao abrigo dessa decisão tomada no dia 15 de dezembro de 2023 por esta mesma Assembleia."

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

Ponto 3 – Relatório e Contas do Município de Leiria referente ao ano de 2024 -
Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Queria sintetizar também a apresentação daquilo que são as contas do município no ano de 2024, efetivamente, este é o momento também de balanço sobre aquilo que é a concretização de um objetivo do município relativamente aquilo que são as prioridades do mandato durante estes quatro anos que agora está em fase de conclusão e, portanto, este Orçamento 2024 confirma aquilo que foi sempre a nossa preocupação, que era desenvolver o concelho, investir, aumentar a qualidade de vida das pessoas sem comprometer as



*finanças do município, portanto, as contas são evidentes, temos uma situação financeira perfeitamente controlada, com o resultado líquido positivo, com um prazo de pagamento residual, que está em quatro dias, e conseguimos no ano de 2024 alcançar também uma barreira de diminuir a nossa dívida bancária abaixo dos 2 dígitos, o que é um sinal muito positivo para quem em 2009 quando entrámos na câmara tínhamos uma dívida ao banco de 108 milhões de euros, isso é algo que também é obra, que é conseguir passar uma pandemia, conseguir vencer a crise inflacionista e agora ter ritmo para investir no PRR, conseguir dar suporte ao aumento dos preços da despesa corrente associada sobretudo ao ambiente que vivemos do aumento do custo de mão de obra, mas também dos diversos materiais e sobretudo serviços externos que faz com que a câmara possa honrar os seus compromissos, pagar a tempo e horas e fazer obra e no que diz respeito a este ano conseguimos executar obra com grau de execução superior ao dos anos anteriores o que demonstra também um ritmo elevado, portanto, não é só no ano das eleições que se faz obra, não é? Já sei que é uma crítica habitual. Ah, 2025 **(gravação impercetível)**, 2024 já fizemos e há quem reclame que devíamos fazer mais, mas, de facto, também a capacidade de resposta hoje da economia, sobretudo na área da construção, também é difícil de alcançar, basta falar com outros presidentes de câmara ou mesmo quem está a construir a título privado para saber a dificuldade que é encontrar empresas para acelerar as obras. No essencial, estas contas demonstram também aquilo que é o nível de preocupação do município e também aquilo que são os nossos compromissos políticos, eleitorais que fazem parte da nossa estratégia, a educação sempre ocupou, como ainda há pouco foi mencionada por um deputado, a educação sempre representou uma das nossas prioridades não só naquilo que é a construção de um parque escolar moderno, de futuro para dar suporte à educação das crianças e jovens do concelho, mas também garantir aquilo que é a sua capacidade, a sua capacitação para os desafios do futuro, daí o ano de 2024, e o 2025 também irá ser igual, temos frentes de construção de novas escolas que irão transformar a qualidade do ensino em termos físicos, a D. Dinis, a escola D. Dinis e na Escola Afonso Lopes Vieira estando também já em curso este ano o início da obra do centro escolar de S. Romão e o ano de 2024 encerra aquilo que foi uma construção demorada em virtude dos constrangimentos resultantes de processos legais e de erros de projeto que a construção do centro escolar dos Marrazes que é inaugurado para um momento em que, de facto, temos as escolas com mais alunos. Felizmente, ele não foi tão urgente como é agora, embora já fosse uma obra importante quando foi planeada, mas acaba por abrir no momento certo em que existe uma sobrecarga da nossa rede escolar. Para além disso, há também uma forte aposta na mobilidade, na segurança rodoviária e no transporte público, 2024 marca o arranque também do terminal rodoviário, do novo, abrindo espaço também para a reabilitação do centro histórico de Leiria, centro comercial com o desenvolvimento*

de um projeto imobiliário particular. Há uma forte aposta naquilo que é a drenagem das vias principais, algumas das mais fustigadas em termos de cidade também estão aqui bem mencionadas em 2024 numa preocupação com a proteção em feitos de cheia e também fizemos, a par de outros anos, investimentos nas diversas freguesias através de lotes de pavimentação ou intervenções profundas em vias estruturais em algumas dessas freguesias, sobretudo aquelas que têm uma forte necessidade. Há também um reforço naquilo que é as questões de segurança, foi um ano em que investimos na videovigilância e que terminámos o investimento, que foi uma 2ª fase, e portanto, é uma área específica de intervenção fora daquilo que é as nossas competências, mas achamos que esta é uma prioridade atual e, portanto, a questão da segurança já está bem vincada no orçamento 2024 e nos anos seguintes, depois da criação da Polícia Municipal, ainda iremos reforçar mais aquilo que é a aposta do município na área da segurança. Por outro lado, temos também um investimento assinalável na área da saúde, não só na área do planeamento dos novos centros de saúde, que irão começar obras este ano, mas também num projeto significativo, que é o projeto "Bata Branca", onde tentamos dar resposta, também a uma falência, a uma necessidade de conseguir encontrar médicos para trabalharem nos nossos centros de saúde e, portanto, estas são apenas algumas das nossas, das obras que o município fez para tentar encontrar ou podermos identificar aqui na Assembleia, também junto da população, aquilo que são os nossos principais vetores de investimento. Primeiro, investir sem comprometer as contas do município, está alcançado, segundo, novas áreas de investimento que habitualmente não são competências da câmara, mas que a população de Leiria exige, pede que a câmara esteja ao seu lado na resolução dos problemas e a exemplo do covid os problemas em Leiria são para ser resolvidos também pelo município de Leiria, não virar a cara aos problemas, e, portanto, estamos a investir na área da segurança e estamos a investir na área da saúde, competências do Estado português, por outro lado, uma forte aposta no desenvolvimento do concelho naquilo que é a sua mobilidade, segurança rodoviária e, em especial, um forte investimento na área da educação com melhoria do seu parque escolar que, como sabem, chegou à câmara municipal de Leiria, algumas destas escolas, sobretudo Afonso Lopes Vieira e as escolas do 2º e 3º ciclos com um avançado estado de degradação e, portanto, foi a câmara, ainda há pouco falou sobre a questão do PRR, fico contente, eu nem sabia que estávamos em 2º lugar nas NUT's, se calhar se somássemos os apoios dos 3 milhões de euros que estamos a dar das creches, porque nós enquadrámos as creches como investimento social, mas também educativo embora a educação numa creche seja um bocado relativa, mas, no entanto, é complementar, perfeitamente complementada aquilo que é esta linha de pensamento de qualidade de vida que queremos oferecer a quem tem crianças e jovens no nosso concelho que é, queremos creches para todos, a seguir temos de ter jardins de

infância, 1º ciclo, 2º e 3º ciclo com condições para que os profissionais da área da educação possam desempenhar as suas funções com motivação e com as melhores condições para oferecer, ora, o investimento na educação é visto com "Ah, isso é mais do mesmo, não fazem mais do que a sua obrigação", mas a verdade é que este investimento em 2024 assinalou o nosso orçamento, enquanto fazemos isto também não podemos fazer muito mais linhas de frente porque depois não temos fundos disponíveis para acionar outros projetos, ainda há pouco estávamos a falar, dei o exemplo da Assembleia Municipal, mas posso dar outros tantos que estamos também em condições de lançar, mas também só os podemos lançar quando temos fundos disponíveis e, portanto, isto é como um bocadinho a lógica da necessidade de geradores para suprir toda uma linha de comando e de fluxo de fornecimento de água, não é? Bom, primeiro temos de pôr geradores em alta, não é? Para a água chegar às nossas canalizações e depois por todas as estações elevatórias, se a gente for a contar precisamos de 75 geradores, num momento de crise, quando não os temos, a gente tem de saber, o primeiro gerador a chegar vai para onde? É um pouco parecido, os projetos podem chegar, podem estar prontos para ir para o forno, para o forno se tiver dinheiro para financiar e se estiver na lista de prioridades do município, portanto, também temos um cuidado muito grande de investimentos elevados de garantir previamente o seu financiamento, que haja fundos disponíveis e não haja problemas em termos de execução e só, e fizemos, e arriscámos na questão das escolas quando lançamos a Escola Afonso Lopes Vieira e a D. Dinis sem financiamento do PRR e se não viesse esse financiamento, de facto, hoje podíamos estar comprometidos também na execução futura porque não podíamos contar com aquela receita extraordinária por isso, fico muito satisfeito com os resultados que foram alcançados, o meu desejo profundo é que quem vier a seguir no próximo mandato pegue nas contas e consiga manter este desempenho financeiro e ao mesmo tempo desenvolver o concelho dando melhor qualidade de vida às pessoas e eventualmente até há pessoas que são capazes de fazer melhor do que fizemos, não ponho isso em causa, mas a margem é muito curta porque quem prometer muito mais do que isto ou vai comprometer as contas ou está a ser populista, pronto, e neste momento chegaremos ao final do mandato sem contrair qualquer empréstimo bancário, embora o pudéssemos fazer, e baixando a dívida bancária deixando tudo em aberto para quem vier a seguir se quiser ter o impulso de investimento poder aumentar o nível de receita extraordinário, poder disparar os investimentos sabendo que, no meu entender, nunca deverá por em causa aquilo que foi o trabalho desenvolvido nos últimos anos que foram as contas certas, um investimento mal feito, como é o caso de um estádio, não é? Pode ser um multiusos, não é? Como é o caso do topo norte que, no meu entender, não é um investimento mal feito, mas é um investimento caro, 17 milhões de euros, se nós conseguirmos financiamento, mesmo que seja na ordem dos 25% ainda somos capazes de



arriscar, mas se não tivéssemos é muito arriscado arriscar investimento porque esse montante vai-se refletir na capacidade de investimento de um mandato de 4 anos e, portanto, ao acertar temos de acertar pelo menos com o financiamento e este tipo de financiamento, estava a dizer porque é muito importante a aposta na economia, sobretudo esta nova economia conseguir atrair novas profissões, novas empresas geradoras de desenvolvimento económico e, sobretudo, atratividade de mão de obra que nós queremos trazer para Leiria ou que queremos fixar em Leiria, passa muito pela lógica dos serviços, a tecnologia, a inovação, tudo aquilo que tenha a ver com produção de empresas de software, aquilo que hoje é uma amostra pequena do sucesso da startup num piso do mercado transformá-la e multiplica-la por, por 6 e conseguimos ter ali um ecossistema verdadeiramente mobilizador, já não como empresas em arranque, mas já com empresas consagradas juntamente com aquelas que estão em arranque. Podem dizer "Ah, mas isso já foi promessa de há 4 anos", bem, nós começámos o topo norte do estádio com 2 projetos, o da torre das finanças e o outro, o da torre das finanças é feito com financiamento total do município, mas já tem um contrato-promessa de arrendamento que irá permitir recuperar aquele investimento no prazo de 10 anos, não é? Portanto, aquela torre é um teste, este teste, em princípio, será ultrapassado, é um teste ao projeto, é um teste ao financiamento, etc. vamos ver como é se gere aquilo e a seguir havemos de fazer o outro. Se acontecer como aconteceu com o centro escolar talvez ele esteja pronto na altura em que Leiria mais precise deste tipo de oferta porque o mercado de escritórios também não é tão seguro como foi na altura em que o planeámos e teremos a oportunidade amanhã de apresentarmos o nosso plano estratégico para 2035 porque vamos estender a análise estratégica, o enquadramento estratégico e vão perceber que na área da economia vamos ter novas soluções diferenciadoras, não só na área das TIC, empresas das Tecnologias de Informação e Comunicação, mas sobretudo das indústrias criativas e naquilo que é as novas tendências de aproveitamento de edifícios para este tipo de agentes económicos, portanto, era o que tinha a dizer. Muito obrigado, senhor Presidente."

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques - IL

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e todos os que nos acompanham em casa

O Município encerra 2024 com um saldo global positivo de 30.605.553,11€ (pág. 62), uma margem que na nossa opinião está a ser mal aproveitada. Este saldo poderia e deveria ser utilizado para aliviar a carga fiscal dos cidadãos e dinamizar a economia local. No entanto, não se observa qualquer esforço sério nesse sentido.

Esse saldo global é composto entre receita corrente e de capital e despesa corrente e de capital. Analisando a despesa corrente vemos que esta cresceu cerca de 46% desde 2021,

com especial destaque para as despesas com pessoal, que só no último ano aumentaram mais de 2 milhões de euros, para a aquisição de bens e serviços, (pág.58), para as receitas de Taxas multas e outras penalidades que são já de quase 5M€ (pág.56), onde se inclui o valor cobrado de 3.3M€ para loteamentos e obras, um valor que me parece elevado para um serviço que em alguns casos pode demorar 2 a 3 anos e tem contribuído para a falta de oferta de habitação no concelho. Num período (2021 a 2024) em que os portugueses foram forçados a fazer esforços por via das dificuldades económicas atravessadas, nomeadamente a inflação, o Município decidiu aumentar o seu tamanho em quase 50%. A contrapartida dessa escolha, vem do lado da receita corrente, que desde 2021 aumentou cerca de 36%. (pág. 57).

Numa altura de aperto financeiro, o Município escolheu retirar ainda mais dinheiro às famílias leirienses.

Começamos pela receita de IRS cobrada, um imposto que o Município insiste em manter na taxa máxima de 5%, sem qualquer necessidade aparente. O município retira hoje 9 M€ do bolso das famílias leirienses, um valor que subiu c. 30% desde 2021. Acreditamos que é justo que os leirienses que trabalham e se esforçam tenham direito à maior parte possível do seu salário, e que não faz qualquer sentido, o município não devolver esta componente, tendo em conta que não é de todo necessária. (pg. 64)

O IMI cobrado é hoje de quase 18M€, sendo possível a atribuição de isenções a este respeito. (pg. 64)

Por fim, um município que diz querer atrair investimento e fixar empresas tem de demonstrar isso com ação, e não só com palavras. Leiria continua a cobrar a taxa máxima de derrama municipal, arrecadando c. de 7M€ com este imposto. (pg. 64). A redução da derrama iria enviar um sinal claro de que Leiria é um bom sítio para investir, e poderia ter um impacto positivo ao nível da criação de emprego no nosso concelho.

Todos estes impostos me parecem excessivos quando existe um saldo corrente positivo de c. de 25M€, sendo este usado para financiar despesas de capital. Ao nível desta despesa importa assegurar que são investimentos produtivos, por exemplo em infraestruturas necessárias, que terão um retorno previsível futuro, e não meras transferências para diversas entidades, e que estes investimentos não estejam excessivamente dependentes de financiamento europeu, na medida em que quando este terminar, ou se reduzir, também se reduza a capacidade de investimento do município.

Por fim, importa referir que a taxa de execução orçamental se situa nos 79%, o que ainda evidencia margem para melhorias.

Pelo facto de este R&C espelhar aquilo que foram as opções do Executivo quanto à gestão financeira do nosso concelho, e por não nos revermos nessas opções, iremos votar contra este Relatório e Contas. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado **Nuno Violante - PCP**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

O relatório mostra um saldo muitíssimo elevado, de mais de 30 milhões de euros, correspondente a cerca de 27% de toda a receita arrecadada em 2024.

A Despesa de Capital, correspondente ao Plano Plurianual de Investimentos, teve em 2024 um desvio na execução de 36% face à previsão final, um comportamento pior do que no ano de 2023.

Com tanto que há para realizar no concelho, isto não é aceitável, mas é sobretudo um indicador objetivo do fracasso da gestão do PS, que em 2024 perfez 15 anos.

E sobre isto há uma questão que não podemos deixar passar em claro. Na análise da Receita é apresentado um quadro (Tabela 10), página 57 do Relatório, com a Execução da Receita, mas para a Despesa não há nenhum quadro, nenhuma análise sobre a execução e os seus desvios obrigando-nos a percorrer mapas e mapas para conseguir reunir os dados necessários. Percebe-se a razão de ser desta lacuna: omite-se porque a informação é inconveniente para a maioria PS.

A ação gestionária do PS tem como reverso óbvio o défice de intervenção municipal em aspetos fundamentais – de investimento, manutenção e conservação, intervenção cultural ou apoio ao movimento associativo e a agentes culturais, desportivos e sociais diversos. Uma gestão que não dá resposta a muitos problemas em infraestruturas básicas, em equipamentos necessários, em instrumentos de planeamento e ordenamento e no desenvolvimento harmonioso do território urbano e do concelho.

O Plano Plurianual de Investimentos apresenta um grau de execução que apenas ronda os 70%.

Na gestão do pessoal, embora as mulheres representem agora 53% do pessoal dirigente, uma ligeira melhoria relativamente a 2023, o que avaliamos positivamente, estamos ainda muito longe do seu peso na composição total (75%) e na composição dos técnicos superiores (73%).

Continuamos a assistir, de acordo com a nossa análise, a uma gestão pouco cuidada, sem coerência, com prioridades de intervenção criticáveis, com métodos e procedimentos de que claramente nos afastamos.

Para o PCP continua a ser inaceitável que em 2024, como nos anos precedentes, o Planeamento Urbanístico, a Urbanização, o Meio-Ambiente e o Património Natural tivessem um peso insignificante no conjunto da despesa municipal.

As prioridades do PS, numa parte substancial, não são as nossas prioridades. O PCP dá prioridade à resolução dos problemas nas infraestruturas, à dotação com equipamentos em falta e necessários à população, na qualidade urbana, nos transportes coletivos de

passageiros, no ambiente, na promoção do acesso à cultura e à prática desportiva equilibradas no território, na ocupação sadia dos tempos livres da juventude e dos pensionistas e reformados e no desenvolvimento económico.

A apreciação que fazemos à gestão municipal do PS de 2024 é de novo negativa. Muito obrigado, senhor Presidente.”

Intervenção do senhor deputado Luis Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

”Muito obrigado, senhor Presidente. Luís Paulo Fernandes, partido CHEGA.

*Estamos no último ano de mandato deste Executivo, estamos com um Executivo com 8 vereadores com todas as condições para governar, não entendemos e respeitamos de certa forma com estas condições, com esta, com a vontade de os leirienses declarada democraticamente respeitámos e, de certa forma, posso fazer a apreciação que só tínhamos que respeitar agora, quando observamos o relatório de contas que continua com as reservas, eu sei, é chato, é muito chato, continua, não está lá as reservas, já? Já está feita a reconciliação bancária? **(gravação impercetível)**, muito bem **(Presidente Assembleia Municipal - senhor deputado, dê continuidade à sua intervenção.)** Então estamos devidamente, está tudo transparente, é isso? Dá a garantia, senhor Presidente? Sempre esteve? O senhor Presidente é que está a responder que está tudo transparente e assume aqui (Presidente da Assembleia Municipal - senhor deputado continue a sua intervenção, por favor) e assume aqui, eu estou na minha intervenção, e assume aqui que está tudo transparente e está tudo bem neste momento, a data de hoje está tudo transparente e está tudo bem neste momento, à data de hoje está tudo transparente, pronto, então não vamos chover mais no molhado, bastou até à data de hoje então está encerrado e está tudo transparente e está tudo devidamente clarificado e que se registe em ata, muito bem. Dizer que o aumento da despesa e de 7,7%, as despesas correntes também aumentam, a taxa de execução bem sabe que não está em conformidade, há aqui certos desvios, e depois, o que é mais importante e o que diz respeito aos leirienses, o aumento, a taxa máxima de IRS a 5% aumenta em 4 anos quase no dobro da receita, quase no dobro, portanto, este é um Executivo de boas contas ou de contas certas, mas o que é certo é que os leirienses têm que saber, e sabem, que em 4 anos a receita do Executivo aumenta e quase dobra porque o IRS está à taxa máxima, portanto, o que os leirienses têm que observar, efetivamente, é que este Executivo com todas as condições não arriscou, ou melhor, não quis auxiliar as condições de vida dos leirienses e que há muita carência a todos os níveis, não adianta estarmos aqui agora temos que respeitar as políticas do Executivo, mas o que é certo é que quase dobrou em 4 anos a receita do imposto IRS, a receita do imposto municipal do IMT também é esta que é para os 4 anos, efetivamente também aumenta, portanto, este Executivo, o senhor Presidente teve todas as condições para auxiliar os*

leirienses, não fizeram foi uma opção e será assim julgado pelos leirienses porque, efetivamente, este concelho, o empreendedorismo, o trabalho, as empresas contribuem demasiado, portanto, não há a devida reciprocidade, não há o devido equilíbrio, portanto, assim é fácil de governar e ainda por cima tendo maioria na câmara com 8 vereadores ainda mais fácil se torna porque a oposição fica limitada ao poder que tem dentro desta Assembleia, muito obrigado, senhor Presidente, da nossa parte votaremos contra porque não podemos concordar com o que foi feito durante estes 4 anos, e volto-lhe a dizer, tenho sérias dúvidas no que me disse acerca da transparência. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Telma Curado - PS

Transcrição:

"Boa noite a todos, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e em si cumprimento todos os presentes.

À semelhança dos anos anteriores, o relatório e contas do município relativos ao ano de 2024 é revelador, claramente revelador de uma política de transparência alinhada com princípios de full disclosure que é evidenciada nas notas detalhadas e nas explicações às peças financeiras como, aliás, se pretende e naquilo que ao tratamento e apresentação das contas públicas diz respeito. De forma sucinta gostaria de começar pelo fim e, por isso, comentar as reservas que qualificaram para a opinião emitida pelo revisor oficial de contas e sobre estas importa esclarecer relativamente à reserva de levantamento e identificação e definição dos bens do domínio público e privado, portanto, uma reserva que já consta das contas há alguns anos, que em 2022 deu-se início a um levantamento dos bens de domínio público e privado e dos ativos fixos tangíveis do município, incluindo os imóveis cedidos, sendo que o município em 2024 manteve em trabalho contínuo e, contudo, ainda não conseguiu concluir como se pretendia este levantamento. Importa, no entanto, salientar que de acordo com o Decreto-Lei 192/2015, 11 de setembro, na sua versão atual, que foi o decreto-lei que aprovou o SNC AP, não se estabeleceu qualquer período de transição na implementação, mas apenas a data do início da aplicação do novo referencial e a relevação contabilística do impacto assim como as regras de aplicação supletiva ou integração de lacunas que possam existir. Neste seguimento, importa evidenciar que é admissível que situações de maior complexidade devidamente fundamentadas e divulgadas, como é o caso, exijam um período mais alargado para a completa adoção do novo referencial, o que se encontra integralmente cumprido, acresce que este processo será concluído no decorrer de 2025 com o objetivo de permitir o levantamento da reserva em causa. A 2ª reserva, que tem a ver com os acordos de concessão e de serviços, que também me vou abster de, de ler aqui, cumpre dizer que em 2024 verificou-se que os requisitos do NCP 4, acordos de concessão de serviços ainda não se encontravam aplicados na sua íntegra no que respeita ao acordo de concessão com a EDP distribuição sendo que

o município, o concedente, e a EDP, a concessionária, ressaltou a renovação do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica no município pelo período de 20 anos. A competência para a gestão da distribuição da energia elétrica em baixa tensão no concelho de Leiria é do concessionário sendo os bens e as infraestruturas propriedade da autarquia pelo que devem ser objeto de contabilização nos seus ativos fixos tangíveis. No que respeita à concessionária, a mesma possui o direito de utilização dos bens e equipamentos sendo o direito desta concessão registado como um ativo fixo intangível nas suas contas, registo este que deve ser feito pela duração da mesma e não pelo período de vida útil dos equipamentos, o município tem por isso vindo a efetuar as devidas diligências junto da concessionária, contudo não foi possível obter a informação necessária para efetuar o respetivo tratamento contabilístico não permitindo, por isso, aferir a contabilização do contrato no seu todo quer no que respeita aos ativos fixos tangíveis em curso ou não, às amortizações e ao valor de rendimento e, portanto, considerando o descrito na NCP 5, um bem de ativo fixo tangível deve ser reconhecido como ativo se e apenas se o custo ou o justo valor puder ser mensurado com fiabilidade. Tais aspetos encontram-se adequadamente relatados e descritos nas notas 2 e 4 do anexo às contas pelo que relativamente aos contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4, acordos de concessão, importa salientar que o município não obteve dos concessionários informação detalhada sobre os ativos de concessão levando a que por isso esta reserva se mantenha e que não estejam efetivamente reunidas as condições necessárias que permitam proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à respetiva mensuração e valorização, conforme está preconizado na NCP 5 ativos fixos tangíveis, não se podendo por isso concluir relativamente ao eventual impacto desta matéria nas demonstrações financeiras, esta é a razão pela qual a reserva continua evidente e qualifica para a certificação legal das contas. Posto isto, gostaria apenas de referir algumas das variações mais significativas evidenciadas nas contas de 2024. No que concerne ao total da despesa a mesma ascendeu a 119 milhões de euros tendo registado um aumento de 8% relativamente ao ano de 2023, este aumento global resultou de um aumento de cerca de 10% nas despesas correntes, explicada em grande parte pelo aumento das despesas constantes do plano de atividades e de um aumento de cerca de 3,7% das despesas de capital, a taxa de execução das despesas correntes ascendeu a 87%, que é de louvar, e que evidencia um aumento de cerca de 1% face ao ano de 2023 e por isso, gostaria apenas de salientar que do total da despesa corrente, as despesas com maior peso foram efetivamente a administração geral, a educação, a remoção e tratamento de resíduos sólidos e higiene pública, a cultura, o desporto, o turismo e ação social, o que evidencia claramente a colocação em prática da estratégia de incremento e manutenção de uma cidade atrativa e cativante do ponto de vista da vivência e usufruto pelos seus munícipes.



O aumento da despesa com pessoal em 8,6% decorre do aumento do número de trabalhadores de 1138 para 1205, portanto, mais 67 trabalhadores que, por sua vez, fez aumentar as remunerações e as contribuições enquanto entidade patronal. Adicionalmente, verificámos que em 2024 a ADSE passou a assumir a responsabilidade financeira pelos cuidados de saúde prestados aos trabalhadores das autarquias locais, o que significa que todas as despesas com cuidados de saúde passaram a ser assumidas diretamente pela ADSE, contudo, o município ainda assumiu estas despesas nos primeiros 6 meses do ano. Do aumento da despesa de capital em 4,4% face a 2023 destaca-se o investimento com maior peso relativamente aos transportes e comunicações, às transferências entre administrações, à administração geral, à educação, à cultura, à ação social e aos serviços municipais de proteção civil. A taxa de execução da despesa de capital ascendeu a 65%, o que evidencia um decréscimo de 7% face ao período homólogo. Relativamente à receita total, que apresenta uma estrutura de 70,6, aproximadamente, de receitas correntes e 5,8 de receitas de capital sendo o saldo de gerência transitado representativo de 23,4%, a mesma evidencia um aumento de 2,7 face aos valores de 2023, que é explicado essencialmente pelo aumento da receita corrente maioritariamente relacionada com as transferências relativas aos impostos diretos e pelo decréscimo da receita de capital em cerca de 2 milhões de euros. Do ponto de vista económico, o total dos rendimentos de 2024 aumentou face ao período homólogo em cerca de 11% sendo acompanhado por um aumento global dos gastos de 12% que é explicado essencialmente pela rubrica transferências e subsídios concedidos, gastos com pessoal, perdas de imparidade, dívidas a receber e fornecimentos e serviços externos. Em 2024 aumentou-se o aumento do IMT, fruto da dinâmica de transações do nosso concelho e também da derrama que resultou num aumento da rubrica de impostos, conforme também já foi mencionado, em cerca de 20%. Sobre esta questão importa referir que as empresas até 150 mil euros estão isentas de derrama e as empresas com volumes de negócios superiores a 150 mil euros também podem ter isenção de derrama caso criem, desde que tenham sede no concelho, caso criem pelo menos 3 postos de trabalho, portanto, é importante percebermos que há condições de aplicabilidade da isenção da derrama e mesmo em relação à receita de IRS também foi mencionada é importante, como já foi explicado nesta Assembleia diversas vezes, que uma eventual redução só vinha, só vinha favorecer as empresas com maiores plataformas, com maiores intervalos de remuneração. Relativamente ao IMI, só para frisar os três, é importante perceber que desde 2018 temos a taxa mínima legal em aplicação no concelho. Globalmente o diferencial entre a receita e a despesa corrente é canalizado para investimento que adiciona ao efetuado por via da despesa de capital, o que explica o aumento face a 2023. O município respeita o princípio do equilíbrio orçamental, evidenciou uma redução de dívida total de 21% face ao ano anterior, aumentou ligeiramente o prazo

médio de recebimentos e apresentou fundos disponíveis positivos com vista ao cumprimento da lei de compromissos e pagamentos em atraso contribuindo por isto para uma capacidade negocial muito superior junto dos seus fornecedores. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Cruz - PS

Transcrição:

"Boa noite, senhor Presidente, senhores deputados.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal permita-me que ao cumprimentar V. Exa. cumprimente todos os presentes e os que nos acompanho pelos meios digitais.

Senhores deputados,

Em 2009 a dívida do município (a médio e a curto prazo) era de 108 milhões de euros.

A dívida no final de 2024 era de 9,4 milhões de Euros.

Em 15 anos de governação do Município pelo PS a dívida foi reduzida em 98,6 milhões de euros.

Neste intervalo de tempo, 15 anos, o PS governou e governa o Município sempre em crises quer de ambiente económico quer de segurança, resultantes;

- Entre 2011 e 2014 estivemos sobre medidas rigorosas de restrição financeira vigiada pela Troika;*
- Em 2020 e 2021 a encomia mundial parou devido ao COVID;*
- Desde 2022 a guerra da UCRANIA obrigou a milhões de pessoas a saírem do país, estrangulou a economia e colocou a Europa em grande instabilidade principalmente de segurança;*
- Nos últimos 90 dias, o mundo tal como o conhecíamos ruiu;*
- As instituições de referência são apenas uma memória;*
- A ameaça de estagnação é real;*
- A incerteza domina os estados, as regiões, as empresas colocando as pessoas perante um cenário jamais imaginado;*
- A prudência e a política de contas certas que o Sr. Presidente, de forma persistente tem seguido, é o garante da continuidade dos serviços fundamentais e essenciais aos Leirienses.*
- Saúde, Segurança, Ensino e desenvolvimento social e económico, entre outros.*

A prudência nas contas do município não tem sido um obstáculo para a realização de investimentos nas áreas fundamentais do bem-estar, do suporte ao desenvolvimento económico, assim como na prestação de serviços essenciais aos Leirienses

As críticas sobre a falta de investimento e os exemplos dados para tais, são importantes, mas são secundários face ao essencial. Não podemos substituir o estado no que só a este diz respeito. Mas é fundamental,

- *Termos concluído o Centro Escolar dos Marrazes e Iniciar as obras nas escolas Afonso Lopes Vieira e Dom Dinis;*
- *Estarmos a trabalhar na construção de mais 3 centros de saúde (Pousos, Santa Eufémia e Barreira)*
- *Estarmos a recuperar o Topo Norte do Estádio*
- *Estarmos a concluir a Vila Portela*
- *Estarmos a terminar o Parque industrial de Monte Redondo,*
- *Estarmos a construir o TIL (Terminal Intermodal de Leiria)*
- *Quando estamos a recuperar as vias de comunicação que passaram para a nossa responsabilidade*

Com todos estes investimentos, mesmo governando em crises sucessivas e simultâneas, o património do Município entre 2014 e 2024 duplicou (passou de 234 milhões para 427 milhões)

Se a redução da dívida nos últimos 15 anos foi de 98,6 milhões, esta redução não influenciou, nem limitou;

- *Os investimentos em capital que passaram de 26 (em 2014) para 39 (em 2024) milhões de Euros;*
- *As transferências para as freguesias têm vindo a crescer de forma sustentada*
- *Não atrasaram os pagamentos a terceiros;*

Em 2009 verifica-se um atraso médio de 121 dias, no final de 2024 o tempo médio de pagamento são 4 dias.

Esta situação confirma a persistência, a objetividade e inteligência como são geridas as contas do Município.

A despesa não pode, não se deve analisar apenas como um objetivo em si, mas sim como o meio para o bem-estar dos Leirienses.

Todo o investimento atual vai originar despesa corrente no futuro.

Se em 2014 o Investimento representava mais de 40% do orçamento, em 2024 o investimento representou 32%. Certamente que daqui a 10 anos a despesa corrente se irá aproximar dos 90% e o Investimento se aproxime dos 10%

Por vezes esquecemo-nos que as transferências de competências, além do cheque que acompanha nem sempre ser suficiente para as responsabilidades assumidas, cria mais despesa, tal como o ter aumentado em 400 pessoas o quadro de pessoal do Município.

As despesas têm de ter objetivos nobres.

- *São estes a essência do município. Entre eles podemos referir,*
- *O envolvimento cultural, a saúde, o ensino, o bem-estar, a segurança a atratividade empresarial.*

Critica-se de forma contundente a política seguida nas receitas. Principalmente no que se refere à participação e recolha de impostos, entre outros.

- *A participação em parte dos impostos recolhidos pelo governo central é o reflexo do desenvolvimento social e bem-estar da região.*
- *Outros impostos e taxas, tais como o IMI e O IMTI são o resultado da atividade económica, o que confirma a sua robustez no nosso concelho,*
- *A prudência e a persistência que o Senhor Presidente da Camara tem demonstrado em manter este quadro, permite ao município o apoio social, por todos reconhecidos e a ajuda aos munícipes mais desfavorecidos.*
- *Só assim é possível ter o programa de "Bata Branca" cuja evidência é demonstrada e aceite por todos nós.*

Os 340 ml euros de GIFTS englobam uma série de despesas que pouco tem com a semântica da palavra GIFT.

Aqui estão incluídos:

- *Os prémios em numerário de provas desportivas;*
- *Medalhas e objetos de condecorações;*
- *Apoios à emissão de livros de escritores do concelho;*
- *Vales aos alunos para compra de livros;*
- *Aquisição de livros para bibliotecas;*
- *Medalhas com o Brasão Municipal;*
- *Ofertas institucionais.*

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Apesar de todas as considerações, nenhuma veio criticar ou contradizer o fundamental. O uso parcimonioso dos meios financeiros e a solidez financeira da Camara.

- *As contas do município têm vindo a aumentar a sua resiliência em tempo de crises*
- *Que o município apresenta uma condição financeira robusta e confortável para fazer face à imprevisibilidade dos próximos tempos*
- *Que gestão camarária, na pessoa do seu presidente, tem sido inteligente na leitura dos tempos atuais, tem-se mostrado prudente nas despesas, tem mostrado visão nos investimentos.*

Por isso esta prestação de contas merece inteiramente a nossa aprovação. Disse."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Obrigado, senhor deputado.

Ainda antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, porque tenho algum receio de me esquecer, perguntar aos senhores deputados se receberam, porque há pouco o senhor Presidente da Câmara falou na apresentação do Plano Estratégico para 35 no dia de

amanhã, na Black Box, se receberam o convite todos, todos receberam convite? Não? Eu penso que a grande maioria recebeu convite, é amanhã na Black Box, às 21, às 17 horas e também lembrar antes que me esqueça que amanhã há a Assembleia dos Pequenos Deputados às 9h30, aqui também no teatro e ainda a pedido do senhor deputado Manuel Azenha, dizer que a falta foi justificada pela morte de um familiar. Ficaram os avisos todos feitos para não me esquecer de nada antes de terminarmos depois a nossa Assembleia. Dou agora a palavra ao senhor Presidente da Câmara pedindo desculpa por esta interrupção. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente, agradeço o lembrar da iniciativa de amanhã. Só dar aqui 3 a 4 apontamentos muito rápidos uma vez que houve intervenções que também de certa maneira responderam, no meu entender e bem, aquilo que é a estratégia do município em termos de contas e daquilo que é as suas prioridades. A questão da despesa corrente, já aqui expliquei várias vezes, despesa corrente cresce em virtude daquilo que é a descentralização quer na área sobretudo da educação, mas também da ação social que fez com que se crescesse a despesa nessa área, é claro que também temos um crescimento da receita associada, ela nem sempre cobre toda a despesa que se assume, já dei aqui alguns exemplos, os seguranças extras nos centros de saúde, assistentes operacionais, portanto, um conjunto de meios que temos nas escolas e que não estão inicialmente previstos no auto de transferência e, por outro lado, há também um reconhecimento e acho que tem de ser dito, muito daquilo que é qualidade de vida que hoje transferida para as pessoas resolve não da construção de nova obra, mas é manter a existente e sobretudo garantir serviços de qualidade seja na recolha do lixo, a limpeza, as dinâmicas de transporte público e, portanto, há aqui um conjunto de investimentos naquilo que é o manter estes serviços de interesse público capazes de dar resposta. Há efetivamente aqui um esforço neste, neste ano de fazer mais execução de obra, é importante fazer este exercício, nós começamos com um saldo, com a introdução do saldo de gerência com 30 milhões de euros e terminamos com no ano a seguir a fazer um novo saldo introduzido com o mesmo montante significa que nós executámos aquilo que efetivamente recebemos naquele ano, bem, podemos ir diminuindo este saldo de gerência, não é? mas ao diminuir há um saldo que é o saldo que nos garante o arranque do ano, isto é como voltar outra vez à lógica do apagão, se a gente patinar significa que os primeiros meses do ano até recebermos receita não conseguimos andar. Só queria fazer um comentário ao Luís Paulo Fernandes sobre a questão da reserva bancária, sobre aquela questão da, da reconciliação bancária, houve um esforço notável dos serviços para recuperar aqueles meses de atraso da reconciliação, a reconciliação é sempre feita só que

no dia ou no momento em que são fechadas as contas ela não está totalmente concluída, depois é concluída passado três ou quatro meses ou seis, chegámos a ter atrasos significativos e, portanto, o que nós assumimos é que havia necessidade de reforçar com recursos humanos, com tecnologia de modo a que se conseguisse recuperar esse tempo e finalmente conseguiu-se, portanto, esta reserva saiu e ainda bem que lhe avisei porque senão já ia lançado para fazer, mas como o senhor deputado, como o senhor deputado é uma figura dupla, não é? É deputado da Assembleia, é deputado da Assembleia Municipal, da Assembleia da República e candidato, não é? Eu acho que o senhor deputado está em permanência em campanha, portanto, está num ritmo alucinante e, portanto, o senhor mal entrou, mal entrou de rompante aqui no púlpito, se não fosse eu a pará-lo já ia disparado, parece que está em modo de campanha acelerada e queria dizer-lhe que se temos oito vereadores, claro que quem, que quem está na oposição acha que se calhar foi injusto, não é? Eu percebo perfeitamente o seu raciocínio, às vezes acontecem fenómenos democráticos totalmente, extraordinárias como foi esse se calhar, não é? Não me parece que seja muito diferente ou se calhar daquilo que foi o reconhecimento daquilo que foi a votação do seu partido nas últimas eleições, pronto, mas o povo decide., nesse aspeto estamos em igualdade de circunstâncias, eu não gostei do voto expressivo que os portugueses tiveram num partido da sua característica, mas respeitei e, portanto, se eu tive oito vereadores em 11 tem que respeitar e não significa, e digo-lhe mesmo, mas até lhe posso dizer que os meus oito vereadores, onde não estou incluído como vereador, se calhar são capazes de trabalhar do que os 50 deputados do CHEGA na Assembleia. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **33 votos a favor** (30-PS, 3-PSD), **11 votos contra** (8-PSD, 1-PCP, 1-CHEGA, 1-IL) e **2 abstenções** (1-CDS-PP/MPT, 1-Independente) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Relatório e Contas do Município de Leiria referente ao ano de 2024**.

Ponto 4 – Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2024 - Interno 891/25 – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

No que diz respeito às contas dos SMAS, a receita corrente cifrou-se em aproximadamente 22 milhões de euros, que se juntou a um valor relativamente baixo de receitas de capital, totalizou um montante de 22,7 milhões de euros. No caso da despesa, a despesa corrente

ficou nos 16,8 milhões de euros e, portanto, conseguimos investir 4,7 milhões de euros de receitas que tiveram origem na receita corrente, significa que conseguimos arrecadar a receita, sobretudo aquilo que é o negócio principal do SMAS, que é o fornecimento de água e tratamento de águas residuais, e com essa receita conseguimos, efetivamente, manter tudo aquilo que é o sistema em funcionamento em termos de despesa corrente, que é extremamente exigente, mas continuar a fazer investimento e isso para nós também é relevante, no entanto, temos a noção de que haverá ainda nos próximos tempos o reforço de investimento sobretudo em áreas novas que os SMAS têm vindo a assumir que é as obras de intervenção em termos de drenagem de águas pluviais e, portanto, as contas do SMAS apresentam também um saldo final positivo de 6,8 milhões de euros, resultados líquidos positivos, também tem uma dinâmica financeira de contas certas e, portanto, a nossa expectativa também agora com os fundos comunitários disponíveis é tentar reaver algum do investimento já realizado no passado e impulsionar obras futuras que, eventualmente, algumas delas poderão não ter esse tipo de enquadramento. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Nuno Violante - PCP

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

As contas mostram que a receita obtida se ficou por pouco acima dos 80% face à receita prevista, tendo também, deduzidos os saldos das gerências anteriores, um desvio negativo de 186 mil euros face ao ano de 2022.

O Plano Plurianual de Investimentos teve um grau de execução inferior a 45% e ficou mais de 11% abaixo do executado em 2023, que por sua vez já tinha ficado 23% abaixo do executado em 2022. O saldo da gerência de 2024 (6.827.090 euros), maior do que o de 2023, é superior ao investimento, representando 143% deste quando em 2023 já representava 137% do investimento anual. Não é aceitável, o PS tem de entender isto! Passou mais um ano em que ficou por fazer muito do que já devia estar executado e em funcionamento. O que preocupa quando há tantos atrasos para vencer nos sistemas de abastecimento de água e na conclusão e ligação da rede de esgotos.

Os orçamentos e os planos continuam a ser elaborados como um mero procedimento administrativo e contabilístico obrigatório e não como um instrumento norteador da vontade de desenvolver.

Continuamos a ter leirienses sem acesso à rede de esgotos, outros sem estarem ligados e temos, como denunciámos regularmente, águas residuais domésticas que são rejeitadas diretamente para linhas de água.

A rede de água precisa de ser renovada em muitas zonas, ainda há condutas de fibrocimento, continua a sucessão contínua de ruturas na rede e o problema das fugas de água em geral.

É por isso que, como se reconhece no relatório na página 63, que o volume de água disponibilizada e não faturada teve uma redução apenas «mínima». Não podia ser de outra forma porque, como se afirma a páginas 92 do mesmo, temos «uma baixa reabilitação de condutas (0,6%/ano)», originando uma «qualidade de serviço insatisfatória nos indicadores de ocorrências de avarias e água não faturada e qualidade de serviço mediana nas perdas reais». É o próprio Conselho de Administração que o afirma. Conselho de Administração que não pode deixar de reconhecer que quanto à rede de esgotos «é necessário ter em consideração que existe rede envelhecida».

Decorridos 15 anos de gestão PS as badaladas promessas continuam por cumprir.

O Conselho de Administração e a Câmara mostram-se incapazes de realizar ao ritmo necessário, apesar dos recursos de que dispõem, o investimento que Leiria precisa no serviço de abastecimento de água e recolha de águas residuais.

A nossa avaliação da gestão em 2024 é globalmente negativa. Obrigado”

Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte - PS

Transcrição:

"Senhor Presidente, muito boa noite. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e todos os que nos estão a acompanhar em casa.

O relatório de contas apresentado está em linha com a evolução verificada nos anos transatos. O investimento quer na rede de abastecimento como na rede de saneamento tem vindo a evoluir, talvez não com a rapidez com que todos desejaríamos, mas que tem resultado em melhorias no sistema. A taxa de execução de 48% do Plano Plurianual de Investimento (PPI) teve uma ligeira melhoria face a 2023, mas não é claramente a desejável, resultado da falta de recursos humanos e materiais, como já foi explicado há pouco pelo senhor Presidente. Não sendo por falta de dinheiro que estas obras não são realizadas, como se pode verificar pela percentagem de adjudicações, que é de 93% do PPI.

O mesmo se passa com a percentagem de água não faturada, que se compararmos com o início do mandato deste Executivo, baixou 4%, não sendo ainda a ideal. Importa não esquecer a dimensão da nossa rede, a maior do País, com cerca de 1800Km, resultando num esforço permanente de melhoramentos, sendo o seu impacto sempre mais reduzido do que numa rede menor.

À semelhança dos anos anteriores foi feito um forte investimento em pesquisa ativa de fugas, reparação de avarias, construção de zonas de medição de caudal (ZMC's) e de válvulas redutoras de pressão (VRP's), combate ao uso fraudulento e reabilitação de

condutas de água. Por outro lado, a sustentabilidade ambiental nas ações desenvolvidas, de onde podemos destacar o aumento de eficiência energética, onde se incluem ações como substituição de grupos de bombas, mudanças no layout do sistema de abastecimento, instalação de painéis fotovoltaicos, entre outros.

Por último, dar conta do relatório do Revisor Oficial de Contas favorável, bem como a Certificação legal de contas, igualmente de conclusão favorável ao relatório apresentado. Face ao exposto, o Partido Socialista votará favoravelmente este ponto. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **35 votos a favor** (30-PS, 3-PSD, 1-Independente, 1-CDS-PP/MPT), **10 votos contra** (8-PSD, 1-PCP, 1-CHEGA) e **1 abstenção** (1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2024 - Interno 891/25.**

Ponto 5 - Relatório e Contas de 2024 e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre do Teatro José Lúcio da Silva de 2024 – Apreciação, discussão e votação;
Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, nós temos aqui uma explicação, se concordar, sobre os 2 pontos, portanto, o Ponto 5, que é o relatório de contas 2024 e relatório de execução orçamental do 4º trimestre do teatro José Lúcio da Silva de 2024, este assunto carece de votação e, portanto, vem no seguimento daquilo que era a entidade que geria o teatro José Lúcio antes da criação da empresa municipal, portanto, é um pró-forma e ao mesmo tempo apresentamos também no Ponto 6 o relatório e contas do mesmo ano da entidade Teatro José Lúcio da Silva, EM, S.A., portanto, que tem uma, que tem então uma natureza jurídica já de acordo do que foi a nossa aprovação e, portanto, é aqui que resulta efetivamente a parte mais significativa daquilo que é o trabalho do teatro José Lúcio neste, neste ano e este não carece de votação conforme decorre também do enquadramento legal da lei das empresas municipais, Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Relativamente ao teatro José Lúcio, as contas também apresentam um bom desempenho, existe aqui um esforço de adaptação a esta nova realidade, foram ultrapassadas muitas das dúvidas que existiam e, portanto, hoje o teatro José Lúcio conseguiu criar as condições necessárias ao normal funcionamento sobretudo naquilo que é a estabilização da força humana, dos recursos humanos, da prestação de serviços, manteve também uma prestação de serviços importante aquilo que é o universo municipal, em especial à câmara

municipal e muito em particular na gestão do teatro Miguel Franco, mas também naquilo que é os projetos fora, fora de portas, nomeadamente aqueles que ocorrem nos espaços culturais como os museus, o castelo e também a zona história ou a zona mais central de Leiria, continua a ser um parceiro decisivo e, portanto, temos uma avaliação muito positiva relativamente a este processo de transição em que, de facto, marca, 2024 marca o arranque de uma nova natureza jurídica de uma instituição que tem uma tradição e uma história e uma relevância importante no panorama cultural de Leiria e da região e do país.”

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – IL

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Apesar do reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, não podemos deixar ignorar que em 2024 o Teatro José Lúcio da Silva recebeu mais de 700 mil euros em subsídios do Município de Leiria, representando uma dependência excessiva do erário público.

Embora a atividade cultural seja importante, a sustentabilidade financeira deveria ser reforçada através de receitas próprias. Fazendo uma análise mais alargada, constatamos que 976 060€ das receitas totais do Teatro não são receitas próprias, representando isto cerca de 36,88% do total da receita.

Assim, voto contra, por considerar que este modelo de financiamento não cumpre os princípios de autonomia e racionalidade financeira que defendemos. Acreditamos que a cultura não deve estar dependente do Estado, seja ele central ou local. Queremos uma cultura que se apoie nas escolhas dos seus consumidores, escolhendo estes em que espetáculos ou peças, e de que modo aplicam o seu dinheiro, e não uma escolha centralizada e muitas vezes arbitrária. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa - PS

Transcrição:

"Acácio Sousa, PS

Muito rápido, senhor deputado Telmo, pelo que entendi, o Teatro José Lúcio da Silva deveria ter, apenas, uma vocação comercial e de rentabilização da bilheteira. No entanto, os teatros no município servem também as associações e as escolas. Há largas dezenas de iniciativas associativas e escolares às quais o Teatro José Lúcio da Silva abre as portas gratuitamente. É um serviço público, sem bilheteira e é aqui que cabe o subsídio à exploração transferido pela Câmara e aprovado aqui, por nós, quando aprovamos as contas e o orçamento do Teatro. É este serviço público que também é uma vocação do TJLS.

Quanto a outros financiamentos vindos de diversas candidaturas, isso é prestigiante porque demonstra como a programação é de qualidade e é assim avaliada. Duas candidaturas aprovadas pela DGArtes e outras pela Rede Nacional de Teatro, provam a grande qualidade das propostas de programação e estas entidades entenderam, assim, financiar.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **34 votos a favor** (30-PS, 3-PSD, 1-CDS-PP/MPT), **10 votos contra** (8-PSD, 1-IL, 1-CHEGA) e **2 abstenções** (1-PCP, 1-Independente), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Relatório e Contas de 2024 e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre do Teatro José Lúcio da Silva de 2024**.

Ponto 6 – Relatório e Contas de 2024 da entidade Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A., com o número de contribuinte 518262804 – Para conhecimento;

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento**.

Ponto 7 – VI Modificação ao Orçamento Municipal para o ano de 2025 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Obrigado, senhor Presidente, portanto, o que estamos a propor é uma 6ª modificação ao Orçamento Municipal em virtude daquilo que é o assumir de compromissos plurianuais, portanto, que decorre da lei e, portanto, sublinhar, temos aqui o parque industrial de Monte Redondo, contratos interadministrativos Viver Freguesias, ensino não superior, aquisição de equipamento informático, portanto, há aqui um conjunto de atividades que ultrapassando aquilo que era o período estipulado e tornando-se plurianual somos obrigados legalmente a prova-los aqui na Assembleia Municipal

Intervenção do senhor deputado **Pereira de Melo - PSD**

Transcrição:

"Pereira de Melo, PSD/PPD.

Começo por pedir desculpa ao público de na minha intervenção anterior não ter cumprimentado e vou pedir que aceitem um cumprimento em nome do senhor Presidente quer para o público presente, para os colegas e para o público virtualmente presente.

O Ponto 7 diz "Modificação orçamental para o ano 2025", analisando o mapa verifico que para 2025 nada se altera, apenas temos alterações para os anos seguintes, 2026, 2027 e 2028. Estamos deste modo perante uma brincadeira de orçamento porque em 2025, 2026, 27 e 28, o Executivo poderá ser diferente, de qualquer maneira, analisando as alterações futuras conclui-se que há uma incidência, como o senhor Presidente da câmara já citou, na educação, mobilidade e saúde, mas esta evolução vem toda dos fundos europeus e do PRR.

Se não houvesse fundos europeus e PRR não sei que gestão haveria nesta câmara, mas estamos num processo de economia, eu até concordo que se faça um máximo de economia. Há a crítica sobre o estádio que no passado gerou grande despesa, eu era deputado municipal antes se iniciar a construção do estádio e não era favorável até que se construísse o estádio, mas a seguir, o PS e o PSD concordaram e fizeram o estádio. Nessa altura, não era deputado municipal, mas senão neste momento teríamos 98 milhões de euros em banco se o estádio não existisse, não sei, o estádio dá bastante despesa. Há aqui uma coisa que é interessante, se não houvesse fundos europeus nem PRR haveria um apagão na gestão, portanto, isso seria semelhante à rede elétrica, porque é que eu quis intervir? Anteriormente, o senhor Presidente não verificou que eu pedi a intervenção, depois passou e não vou agora intervir porque a minha intervenção é mais técnica do que política.

(Presidente da Assembleia Municipal – Mas quando for assim, senhor deputado, quando for assim) *não vale a pena estar a fazer uma intervenção técnica e a justificar, os apagões vão repetir-se e vão repetir-se porque houve um erro na gestão da rede portuguesa, a gestão da rede portuguesa, à semelhança da câmara municipal de Leiria, procura economia, economia, economia, a energia é mais barata, sempre mais barata e aumento dos lucros das operadoras, da REN, etc., energia mais barata aumentam os lucros, e por outro lado, as centrais que nós dispúnhamos, centrais térmicas, que eram das mais avançadas do mundo, por razões de economia foram encerradas. O apagão em Espanha foi recuperado rapidamente, o nosso não foi porque o apoio que temos é uma central de 1943, que é Castelo de Bode, tem 75 megawatts, e temos a Tapada do Outeiro. As outras centrais que tínhamos, Sines e a central de Belver, que eram avançadíssimas foram desativadas, desativadas porquê? Porque eram centrais térmicas ao poder que custavam dinheiro pelo facto de não estarem a produzir e levou ao seu encerramento, nós teríamos recuperado o apagão rapidamente se essas centrais existissem porque a recuperação de uma central térmica é de 3, 4 horas, em 5 horas consegue-se recuperá-la. O que é que temos neste momento? É se a economia resultou nas câmaras municipais estarem a comprar aos 70 e 80 geradores que eram desnecessários se não tivéssemos desativado essas centrais, portanto, aqui está uma economia que resultou em despesa, portanto, senhor Presidente da câmara não haverá certas economias que resultem em despesas passando a imagem para a administração camarária e fica à discussão do senhor Presidente da câmara raciocinar sobre isto. Obrigado.”*

Intervenção do senhor deputado Renato Cruz - PS

Transcrição:

"Muito boa noite a todos, cumprimento na pessoa do senhor Presidente todos os que nos acompanham aqui e a partir da transmissão.

Portanto, o Ponto 7, o que está aqui em causa e que decorre, portanto, da deliberação municipal que por falar em apagões deve haver aqui algum apagão que me tenha passado ao lado porque há aqui um parágrafo que diz "A deliberação foi aprovada por unanimidade", mais uma vez o PSD tem aqui uma bipolaridade estranha em termos políticos que aprova por unanimidade um documento na reunião de câmara, que vota a favor, é o ponto que estamos a discutir senhor deputado e que depois e que depois aqui vem levantar algumas questões, mas, pronto, isto só para dizer que a parte das alterações, isto decorre daquilo que é prática comum todos os anos, todos os investimentos plurianuais terão que ser sempre e sempre votados aqui e apenas por isso que estamos a votar este ponto. Obrigado."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **42 votos a favor** (30-PS, 11-PSD, 1-Independente), **2 votos contra** (1-IL, 1-CHEGA) e **2 abstenções** (1-PCP, 1-CDS-OO/MPT), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **VI Modificação ao Orçamento Municipal para o ano de 2025**.

Ponto 8 – Reescalonamento de Compromissos Contratuais com Diferimento de Encargos para Anos Futuros, Relativos a Empreitadas do DEOM - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Como tem sido hábito aquilo que é a evolução das obras municipais são analisadas pelos serviços de gestão de empreitadas juntamente com a parte financeira, é feita uma avaliação sobre aquilo que é o ritmo das obras sempre que se verifica um atraso ou uma aceleração, o mais habitual são atrasos, procedemos a este ajuste daquilo que é o calendário e, portanto, temos aqui um conjunto de obras onde estamos a colocar verbas em anos vindouros, nomeadamente no ano de 2026 e a reduzir a execução em 2025."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Reescalonamento de Compromissos Contratuais com Diferimento de Encargos para Anos Futuros, Relativos a Empreitadas do DEOM**.

Ponto 9 - Orçamento Participativo – Relatório 2014-2024 – Para conhecimento;

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu não ter nada a acrescentar sobre o assunto.

Intervenção do senhor deputado **Raul Testa - PS**

Transcrição:

"Sintam-se todos cumprimentados.

O balanço apresentado dos 10 anos de orçamento participativo espelha na perfeição a relevância do mesmo.

Estão de parabéns o Executivo, a vereadora Catarina Louro, a equipa de técnicos da câmara municipal, os presidentes de junta e os membros dos diferentes partidos da comissão da Assembleia Municipal que acompanha esta iniciativa.

É totalmente inegável o impacto e crescimento em todas as vertentes que o OP tem tido ao longo dos anos.

Muito mais orçamento, grande crescimento em votos, maior percentagem de propostas em condições de ir a votos.

Tudo isto nos diz que os leirienses validam e gostam genuinamente do orçamento participativo.

Nem tudo é perfeito, claro, há aspetos a mudar e melhorar. Por exemplo, a comissão de acompanhamento na última reunião recomendou de forma unânime algumas alterações que a câmara municipal deverá promover.

Antes de me calar quero ainda agradecer aos técnicos da câmara municipal de Leiria que acumulam o trabalho do orçamento participativo com as suas funções diárias.

A realidade é que o orçamento participativo já tem uma dimensão que exige que comece a haver funcionários com exclusividade a tratar do orçamento participativo. Disse, obrigado."

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento**.

Ponto 10 - Isenção de taxas do terrado Feira Levante Leiria – maio 2025 –

Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

A exemplo de anos transatos com a realização da, da Feira de Leiria temos que proceder à transferência da Feira do Levante para um espaço improvisado e, portanto, em virtude disso propomos aqui a isenção de pagamento das respetivas taxas em virtude dessa deslocalização."

Intervenção do senhor deputado **Luis Paulo Fernandes - CHEGA**

Transcrição:

"Obrigado, senhor Presidente.

Feira de Levante, eu penso que estamos a falar de uma isenção de cerca de 14.900 quase, certo? 14.900 euros? **(Presidente da Câmara Municipal - O valor em concreto é o que está escrito)** 14.900 euros, que é uma isenção de cerca de um mês, não é? Mais um bocadinho, quase 2 meses. Este valor que tem sido, todos os anos tem ocorrido esta, esta deslocação, sim, 14 mil, quase 14.900 euros, é uma isenção que nós apoiamos, que já temos vindo a apoiar, o que é certo é que os feirantes queixam-se, as pessoas que visitam o local queixam-se do estado e das condições do local, e por esse motivo que é proposta a isenção. Este valor da isenção, vamos lá ver, já se podia ter investido e podia-se ter, de certa forma, ajeitar o espaço, conversei com a senhora vereadora e ela teve a amabilidade e a simpatia de, de me explicar que não poderiam alcatroar e que não era permitido poderem alcatroar, contudo, contudo, poder-se-ia ter acautelado o espaço, há-de haver forma sem ser com alcatrão de quando chove ficar cheio de poças e todos assistimos às reclamações dos feirantes e às reclamações dos leirienses que visitam o local, ora se estão prejudicados e o Executivo reconhece que tem que, propõe esta isenção pode-se acautelar a montante para que depois o tempo se vem vento faz muito pó, se vem chuva enche-se de poças de água, portanto, esta situação nunca mais se pode voltar a repetir, portanto, teremos eleições, mas fica a recomendação ao próximo Executivo. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado **Manuel Carreira – CDS-PP/MPT**

Transcrição:

"Estimados senhores Presidentes, individualmente cada um dos presentes e quantos querem o bem da nossa terra. Manuel Carreira, partido da Terra.

Sempre manifestei que tudo o que é gratuito é desvalorizado e neste caso votaremos a favor da gratuidade, mas não total gratuidade. Esta Assembleia é caracteristicamente muito falado sobre a educação, o que acho que é ótimo e acho que o IPL é um exemplo, a tentativa de criar creches para que os nossos jovens saibam que podem ter filhos é muito bom e neste caso da Feira de Levante eu diria que a educação, que é a base das civilizações, também tem que chegar lá e tem que chegar lá também através de nós e nós sabemos inicialmente também nesta Assembleia foi falado daquilo que são os problemas da ecologia, do lixo, dos papéis, dos plásticos e nestes anos todos tem-se feito imenso esforço e, nomeadamente, por parte da câmara, das instituições, etc. para que isto se reduza, mas, de facto, não tem havido grande redução, os plásticos voam e acaba-se a feira e lá estão 4 ou 5 senhoras, nomeadamente de cor africana, para limpar aquilo. Eu penso que se pode trabalhar muito mais e tornar isto gratuito pode ser economicamente, mas também se pode fazer com que as pessoas, nomeadamente as pessoas de etnias e raças que vendem nessas feiras, tenham mais cuidado nesta parte, eu penso que isto é um trabalho de todos nós, nomeadamente até porque para quem sabe começa a haver novas gerações na Feira de

Levante, nomeadamente de raças e etnias diferentes, e penso que este trabalho de gratuidade económica pode ser substituído por um esforço de sensibilizar quem vai vender nas feiras para que tenha mais cuidado com esta parte da limpeza. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Abel Vieira - PS

Transcrição:

"Abel Vieira, PS.

Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e aqueles que, eventualmente, nos assistem lá em casa.

Bem, a Feira do Levante por esta altura já é um tema habitual todos os anos, ou seja, todos os anos nós assistimos a este problema. É facto que existem eventos na cidade e o espaço é necessário, tem que se dar os costumes e, efetivamente, senhor deputado, como lhe explicaram, e bem, aquele espaço não pode ser alcatroado que, eventualmente, seria uma solução viável, mas já sabemos, e muito bem explicado, aquele espaço não pode ser alcatroado até porque não é propriedade do município, é um espaço arrendado e não temos essa solução. Bem, o espaço grande como é tem dois problemas, ou tem poças de água ou tem pó, é sempre a mesma coisa e todos os anos os feirantes acabam por levantar essa reclamação e o município, e bem, traz-nos à Assembleia a isenção durante este mês para, obviamente, minimizar o impacto negativo. Daquilo que me recordo também há uns anos, não consigo precisar qual o ano, o município sugeriu que fossem para o mercado do Falcão que é um sítio com condições para exercer, os feirantes não quiseram. Disse.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Só deixar aqui um apontamento.

Claro que a questão financeira não é relevante relativamente a esta isenção, no fundo compensa aquilo que é o prejuízo embora desejo é que eles pudessem continuar a trabalhar nas condições que oferecemos junto ao estádio, portanto, são condições excecionais, únicas, não há nenhuma feira igual a esta em capitais de distrito, tão bem localizadas, com estacionamento e, portanto, e o ideal é que se conseguisse lá fazer, mas temos ali também este compromisso de organizar a Feira de Maio, como é habitual e, portanto, tentamos sempre encontrar as melhores alternativas, elas foram discutidas, foram concertadas naquele local como melhor opção, infelizmente tivemos dias de chuva, tentámos regularizar e, portanto, lamentamos o sucedido e ainda vamos tentar melhorar, sei que houve intervenções e que, naturalmente não podemos alcatroar, o terreno não é, não é um terreno para estacionamento, sabem que é um estacionamento tático que está em funcionamento, pagamos uma renda, as não é propriedade do município, o que ficou acordado é fazer aquele tipo de infraestrutura e, naturalmente, aquilo que vamos tentar é

melhorar as condições para ver se em termos de chuva não fique intransitável ou prejudicar aquilo que é o negócio dos feirantes da Feira do Levante.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 10** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Isenção de taxas do terrado Feira Levante Leiria – maio 2025**.

Ponto 11 – Juntas de Freguesia:

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu a discussão do ponto em conjunto fazendo-se a votação ponto a ponto.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, o 1º é um apoio referente a obras de caráter pontual para um contrato interadministrativo da responsabilidade da freguesia dos Milagres que consiste na criação de uma praça de homenagem no espaço em frente ao lar criação de um parque de estacionamento no espaço envolvente à zona desportiva sendo o montante de 40 mil euros. No que diz respeito ao ponto seguinte, tem a ver com o apoio a despesas de capital da freguesia, da união de freguesias de Parceiros e Azoia, portanto, a união de freguesias pretende cancelar aqui um apoio e transferi-lo para a construção de um campo de futebol de 7 no parque desportivo dos Parceiros e, portanto, fez aqui uma transição daquilo que é, era à mesma equipamento desportivo só que em vez de ser para um parque desportivo dos Parceiros e substituição de vedação da zona envolvente, no fundo constitui na requalificação de um ringue, em vez de ser para o ringue é para a construção de um campo de futebol 7 de raiz, portanto, há aqui um desvio ou uma alteração daquilo que é a obra mantendo-se o mesmo, a mesma finalidade que é criar condições desportivas na freguesia.

O 11.3 é um apoio à Caranguejeira, no âmbito do programa Viver Freguesias, é uma adenda ao 2º ponto e, portanto, a exemplo do que temos feitos noutras situações em que há aqui uma alteração, nomeadamente, ou de prazo ou de conteúdo relativamente ao contrato que anteriormente já tínhamos celebrado. Muito obrigado.”

Ponto 11.1 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Financeiro Pontual para Obras - Freguesia de Milagres - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 11.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Financeiro Pontual para Obras - Freguesia de Milagres**.

Ponto 11.2 – Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura de apoio das despesas de capital – União das Freguesias de Parceiros e Azoia - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 11.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura de apoio das despesas de capital – União das Freguesias de Parceiros e Azoia**.

Ponto 11.3 - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a Junta de Freguesia da Caranguejeira no âmbito do Programa “Viver Freguesias” – Adenda 2 - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 11.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **45 votos a favor** (30-PS, 11-PSD, 1-IL, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA, 1-Independente) e **1 voto contra** (1-PCP) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato**

Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a Junta de Freguesia da Caranguejeira no âmbito do Programa “Viver Freguesias” – Adenda 2.

De seguida foram colocados a votação os pontos 1 a 11.3 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria **deliberado por unanimidade** a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia, encerrada a sessão, eram **23h53** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de junho de 2025, deliberou **por unanimidade, aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria
António Lacerda Sales

A Técnica Superior
Catarina Isabel dos Santos Clemente